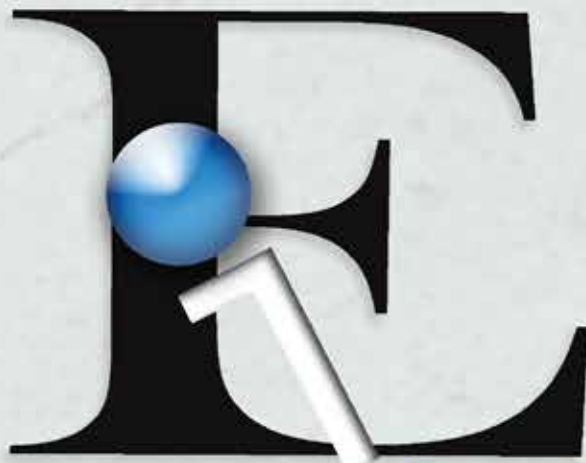




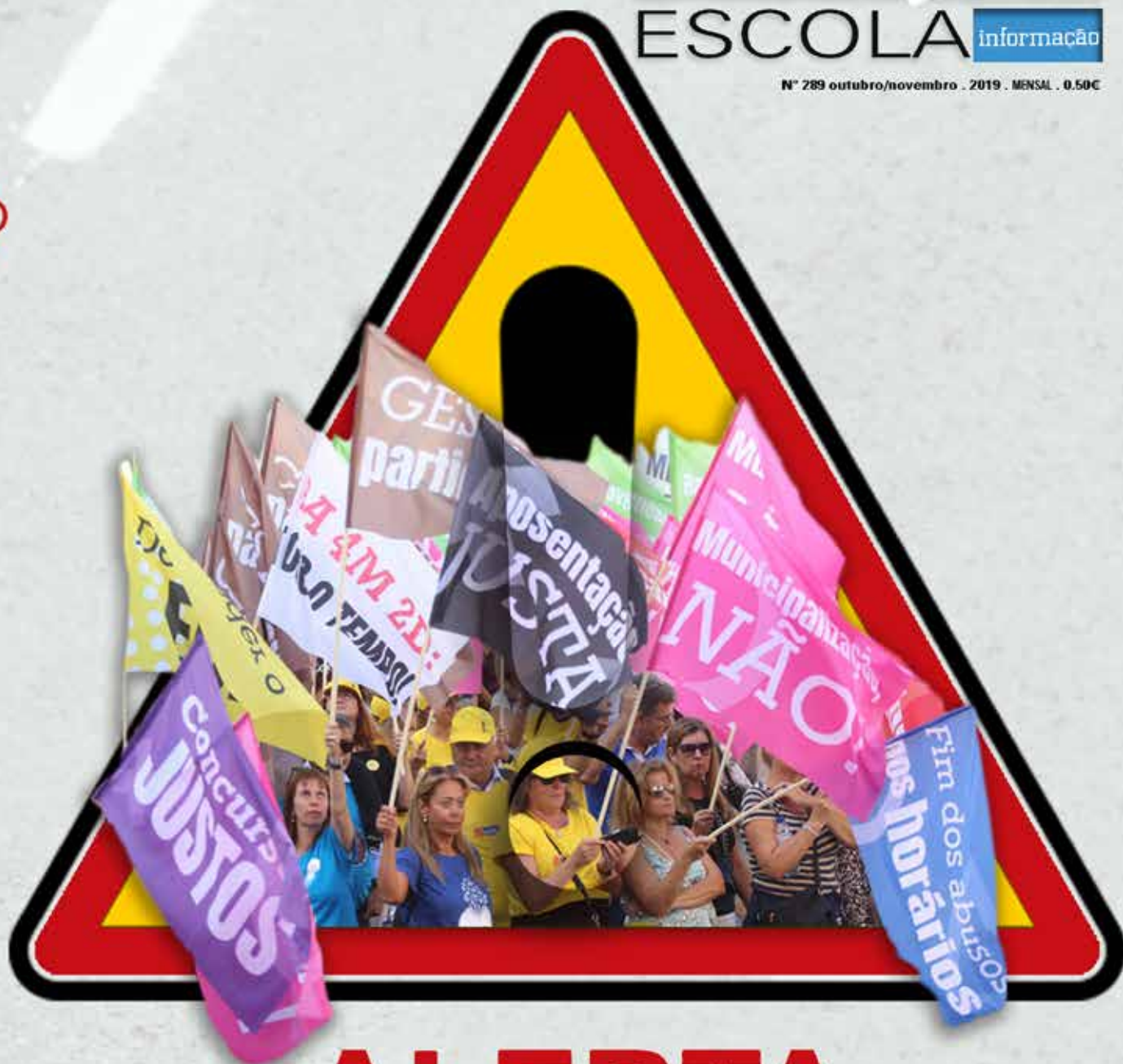
DOSSIER:

Programa do XXII Governo



ESCOLA **informação**

N.º 289 outubro/novembro . 2019 . MENSAL . 0,50€



ALERTA

**GOVERNO QUER "REVISITAR"
AS CARREIRAS DOS PROFESSORES**

LEITURAS



Joaquim Jorge Veiguiinha
**Ética e Política
 no Nascimento
 da Modernidade**
 Âncora editora

“Modernidade, ou seja, aquilo que somos efectivamente hoje, ou nos tornamos na maior parte do mundo é indissociável da emergência duma ética laica e da génese da democracia política de que a Revolução Francesa de 1789 lançou os pressupostos”. Esta afirmação, tirada da própria edição da obra, sintetiza bem o projeto a que J.J. Veiguiinha quis dar corpo.

Ao longo de quase 200 páginas, incluindo um excelente prefácio de Eduardo Lourenço

sobre a figura do Poder (e suas metamorfoses), o autor vai evidenciando, cronologicamente, como desde Maquiavel até Rousseau se foram historicamente consolidando, entre “avanços e recuos”, as duas fontes da “modernidade”: a laicização da ética, do direito e da legitimidade do poder e a lenta maturação de um conceito de democracia, entendendo-se por isso o alargamento progressivo da intervenção dos membros da comunidade na organização política e social da comunidade. Estas duas linhas de análise, interrelacionadas, constituem as duas partes em que J.J. Veiguiinha dividiu este trabalho: primeira parte: Nas origens de uma ética laica; segunda parte: Precursores da Revolução Francesa.

Trata-se de uma obra que associa uma leitura agradável, dir-se-ia mesmo uma leitura fácil, a uma sustentação forte das opiniões e análises propostas, sustentação alicerçada em numerosas e adequadas citações de obras dos autores analisados. Pode dizer-se que o rigor académico não dificulta, antes ajuda, a compreensão do texto que, não raras vezes, permite e propõe comparações com alguns dos problemas com que se debatem as sociedades e mormente as democracias contemporâneas. Sinal de que não está ainda concluído (alguma vez o estará?) o projeto iniciado pela Revolução Francesa. Esta obra evidencia como questões suscitadas pelos iluministas da Enciclopédia em torno de temas como a liberdade, a tolerância religiosa e política e o modo de construção da democracia política continuam

a estar presentes nas nossas sociedades, embora em contextos bastante diferentes. (A clareza e a sustentação da obra tornam-na particularmente útil para os professores e estudantes de História e Filosofia no nosso ensino secundário.)

Merece particular realce – até pela sua atualidade – a defesa, chamemos-lhe assim, que o autor faz do legado de Jean Jacques Rousseau que não hesita em considerar como “nosso contemporâneo” (pg. 193), atualidade que “começa paradoxalmente com as aporias e as contradições ‘fecundas’ do seu pensamento político” (pg. 193), em boa parte fruto da inexistência, “na comunidade ético-política de Rousseau de um sistema institucional que possa mediar a relação entre interesse geral e interesse particular” (pg. 194). Defende J.J. Veiguiinha que “O maior legado de Rousseau à posteridade é, sem dúvida, a formulação dos princípios e fundamentos da democracia (...): uma concepção de liberdade como não dominação e a igualdade” (pg.198).

Certamente que a laicização da ética e o papel dos pensadores do Iluminismo não são os únicos fatores que explicam a construção da modernidade. Embora fugazmente referidos pelo autor desta obra, os conflitos sociais, nomeadamente as revoltas camponesas anteriores à Revolução Francesa, tiveram também uma enorme importância. O autor certamente não as ignora, mas não era esse o projeto desta obra.■

António Avelãs

Novo Governo, velhas políticas

Os resultados eleitorais de 6 de outubro deram uma já previsível vitória ao PS não permitindo, no entanto, a conquista da maioria absoluta. Desiderato pouco disfarçado pelo primeiro-ministro António Costa durante a campanha eleitoral. Assim, ao novo governo saído das eleições podemos acrescentar o “velho” ministro Tiago Brandão Rodrigues de quem nós, professores, já não esperamos muito. Portanto, nem o chamado estado de graça terá o prazer de saborear. Esta recondução é também um sinal político de que nada mudará na Educação e que o embate será feito noutra palco.

O novo quadro político será diferente do anterior. A inexistência da chamada geringonça vai implicar um PS sem compromissos à esquerda, a navegar à vista e a convergir, sempre que necessário, com a direita parlamentar.

No ano letivo que começou e que já leva percorridos cerca de um mês e meio, os problemas sucedem-se. A antecipada colocação de professores da mobilidade e da contratação, medida aliás por nós saudada, tentava afinal disfarçar o que se avizinhava. À falta de pessoal não docente nas escolas, cujo padrão é um rácio cego que apenas considera o número de alunos de um estabelecimento, veio juntar-se também a falta de professores (estima-se que cerca de 10 mil alunos não tenham ainda todos os professores das suas disciplinas). Reflexos de políticas que afastam cada vez mais os jovens desta profissão e que levam outros, já com anos de carreira, a procurarem outros caminhos que lhes proporcionem mais estabilidade.

O Governo apresentou entretanto o seu programa, que reproduz na prática o programa eleitoral do PS, confirmando muitas das nossas preocupações.

Antes do mais, o ataque às carreiras dos corpos especiais da Administração Pública, responsabilizando-as por consumirem a parte de leão do que é gasto com progressões e afirmando claramente que isto impede a valorização salarial dos restantes trabalhadores e até uma verdadeira política de incentivos à meritocracia.

A municipalização ligada à gestão também é mencionada no texto, quando se propõe adequar o modelo de gestão das escolas ao processo da descentralização de competências. É simples - pretende-se agilizar a entrada da autarquia na escola.

Preocupante também, ao ler o documento, é o destaque que este dá à utilização dos fundos europeus em projetos educativos, processo que aplaudiríamos se fossem as escolas no quadro de uma verdadeira autonomia a candidatar-se de forma a gerir e controlar todo o processo. No entanto, o que está por trás deste pressuposto é a entrada destes projetos nas escolas, ou através das autarquias ou de grupos empresariais do setor privado que, como é óbvio, terão outros objetivos. Com isto dois passos preocupantes são dados - a transferência de verbas do Orçamento para a Educação, que serão substituídas pelo financiamento dos fundos europeus; e a abertura de portas ao processo de mercantilização da educação.

Entretanto continua a não haver respostas à recuperação do restante tempo de serviço trabalhado e não contado, os 6A 6M e 23D; aos abusos e ilegalidades cometidos em relação aos horários de trabalho; às questões da aposentação num corpo docente já reconhecido como dos mais envelhecidos da Europa; e ao arrastamento da não resolução do problema da precariedade.

O caderno reivindicativo, entretanto aprovado e que será entregue assim que acontecer a primeira reunião com a tutela, aborda estas e muitas outras questões, que são “bandeiras” dos professores e que precisam de resolução urgentemente.

O difícil quadro que se avizinha exige de todos nós capacidade de resistência, de luta e de afirmação da nossa dignidade profissional. Este é o caminho. ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Programa do XXII Governo:
propostas, dúvidas, ameaças

16 Cidadania

Nuvens negras no horizonte

18 Reportagem

VI Congresso Internacional
da Pró-Inclusão

22 Escola/Professores

22. Jovens professores: o futuro
da profissão

23. Ensino Particular e Cooperativo:
Plenário Nacional de Docentes

24. Valorizar o Pré-Escolar

25. Falta de professores nas escolas
devia preocupar seriamente

26. O valor maior do professor-
-avaliador está em ser humano

28 Opinião

28. Professores: deem-lhes a voz,
o corpo e a alma!

29. O 25 de Novembro para lembrar
e exigir: Nem mais uma!

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Reinscrição na Caixa Geral
de Aposentações

Falta de professores devia preocupar seriamente

PÁGINA
25

Há muito para negociar. Vamos a isso!

A aprovação do programa do XXII governo significa, pelo menos formalmente, o início de um novo ciclo de negociações entre o poder e os sindicatos. No caso da Educação, a condução do ministro Brandão Rodrigues não é uma medida positiva tendo em atenção a críspação e a ineficiência dos processos negociais no governo anterior. É muito cedo para saber se a substituição, na equipa do M.E., de Alexandra Leitão por Susana Amorador facilitará as negociações, mas deve sublinhar-se que Alexandra Leitão era, dos elementos da anterior equipa do M.E., o elemento mais respeitado por parte dos negociadores sindicais.

Esta situação, contudo, não pode justificar qualquer posição de atitude não negociadora por parte dos sindicatos, nomeadamente por parte dos sindicatos da FENPROF. Os professores e a Educação nada ganham com posições de recusa de negociações ou de uma estratégia negociadora assente num radicalismo estéril.

A FENPROF não pode deixar de "pôr na mesa" negociadora a recuperação do tempo de serviço e de lutar por essa mais que justa reivindicação; mas não pode deixar que a luta em torno desta reivindicação faça esquecer outras questões essenciais: os horários de trabalho, as condições de aposentação, o combate à precariedade, a falta de professores, a defesa dos estatutos de carreira, por exemplo.

A FENPROF sempre fez "gala" de não limitar a sua visão sindical às questões estritamente laborais, defendendo o direito de intervir em tudo o que à Educação diz respeito, nomeadamente nas questões pedagógicas. Também aqui há um campo de intervenção sindical que deve estar presente nas negociações, nomeadamente no que respeita aos processos de inclusão, de flexibilidade curricular, de descentralização de competências para as autarquias, da formação inicial e contínua dos docentes e da aposta na redução radical da prática de retenção dos alunos no ensino básico. São processos com incidência potencialmente positiva na melhoria da Escola Pública, mas também com perigos a que é necessário atender. Sobretudo é necessário que estes novos projetos não signifiquem um aumento da carga horária (e burocrática) para os docentes, nem uma intromissão ilegítima na autonomia das escolas e dos docentes. E que sejam criados mecanismos transparentes para a constante avaliação dos processos em curso!

Há muito que discutir e negociar. Vamos a isso! ■

Miguel André



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº289 Outubro/novembro 2019

Programa do XXII Governo

- Propostas
- Dúvidas
- Ameaças

O presente dossier inclui uma abordagem multifacetada do Programa do XXII Governo, no que às escolas e professores diz respeito. Propostas, dúvidas, ameaças. Quer numa abordagem mais global do programa, quer relativamente a alguns itens mais específicos, mas não menos relevantes, como salários e carreiras, ensino superior e investigação, descentralização e municipalização. E a incontornável vertente económica e orçamental. ■

Programa de governo

O novo quadro que se avizinha é deveras preocupante

• José Costa

Presidente do SPGL

Este é um documento que relança o debate em torno das carreiras da Administração Pública, retomando as teses da diabolização das carreiras dos corpos especiais, quando refere que só as progressões destas custam cerca de 2/3 dos 200 milhões de euros gastos e do qual beneficiam “apenas” 1/3 dos funcionários públicos.

O documento refere, também, que esta situação é inibidora da possibilidade de incentivos à valorização de desempenho, a meritocracia na Administração Pública e que é limitadora de uma verdadeira política de valorização salarial.

O programa de governo prevê, igualmente, um aumento de 3% da massa salarial (despesa primária) com os salários da Administração Pública; este valor inclui os descongelamentos e os

reposicionamentos e também as novas admissões, admitindo até margens de aumentos salariais mais “robustas” a partir de 2021. Está lançado o ataque às carreiras dos corpos especiais traduzido, no caso específico dos professores, no ataque ao Estatuto da Carreira Docente do ensino não superior. A paridade com as carreiras técnicas superiores pode acabar, se forem implementados, como proposto, incentivos à valorização de desempenho.

As questões da Educação são, igualmente, abordadas com mais especificidade nos pontos I.II.5. e IV.III. O documento enuncia aqui um conjunto de objetivos e pressupostos de fácil concordância sendo até alguns propostas do movimento sindical docente. Noutros casos, porém, percebe-se claramente a sua intangibilidade.

No entanto, o primeiro pressuposto enforma todos os que se seguem: o governo propõe a ade-

quação do modelo de gestão ao novo quadro de descentralização de competências ou seja, adaptar a gestão das Escolas à municipalização. Dito de outra forma, trata-se de criar sinergias que facilitem uma fácil “adaptação” da descentralização de competências na Educação. Será este, portanto, o quadro em que se irá desenvolver todo o processo de ensino/aprendizagem, o qual será concretizado obrigatoriamente até 2021, com a transferência para as autarquias das novas competências na área da educação. Tal abrirá caminho para uma intromissão cada vez maior das autarquias na vida das escolas, sendo esta a questão central, a **Municipalização da Educação**.

Na abordagem que o programa faz ao Ensino Superior e também à Investigação e Ciência, mais uma vez são reproduzidos um conjunto de intenções e objetivos que merecem ampla con-



Foto: Felizarda Barradas

cordância, mas não refere questões que urgem resolução como, por exemplo: o envelhecimento do corpo docente, os bloqueios a que estão sujeitas as carreiras docentes e de investigação, a manutenção da precariedade neste sector, pelo fracasso do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e cujo objetivo ficou muito aquém do pretendido, a alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que configurou uma privatização do Ensino Superior Público, entre outros.

A questão da Natalidade é abordada no ponto III.I., num país cada vez mais envelhecido, também pela diminuição da taxa de natalidade. Os reflexos na população escolar começam a ser visíveis e a tendência é de agravamento. O governo reconhece o problema, mas as medidas para inverter a situação são escassas. Por exemplo, o combate a preca-

riedade é fundamental para promover a estabilidade da vida familiar; no caso dos professores, nada de concreto se propõe.

As alterações climáticas têm que ser um desafio estratégico, reconhecendo o documento este pressuposto e muito bem, no ponto II. Descarbonizar a economia nos seus diversos setores é assumido como prioridade mas a Educação Ambiental é também criar ambientes saudáveis e, nesta matéria, continuamos à espera de respostas sobre o processo de remoção de amianto nos edifícios públicos, nomeadamente nas escolas. Este é um processo que ainda decorre com muita opacidade e morosidade e, sobre isto, o documento pouco ou nada diz.

Esta é uma abordagem sucinta do programa do XXII Governo Constitucional. É facilmente perceptível, pela sua leitura, que o novo quadro que se avizinha é deveras preocupante para todos

os educadores e professores. Provavelmente vamos voltar a assistir à diabolização da classe docente, repetindo um processo já conhecido e que exigirá de todos respostas à altura. E isso implica mobilização e resistência. ■

O documento enuncia (...) um conjunto de objetivos e pressupostos de fácil concordância sendo até alguns propostas do movimento sindical docente. Noutros casos, porém, percebe-se claramente a sua intangibilidade

Salários e carreiras: Certezas, dúvidas e perplexidades no programa do governo

• **António Avelãs**

Dirigente do SPGL

Se houve consensos entre as forças partidárias (e os fazedores de opinião) durante a campanha eleitoral, foram que é imperioso aumentar os salários e que uma economia baseada em salários baixos não é competitiva e, portanto, não conduz a um significativo desenvolvimento económico e social. Ideias que, de forma mais ou menos clara, transparecem no programa do XXII governo constitucional agora empossado. Contudo, o modo como o programa se propõe concretizar tais consensos gera, desde logo, sustentadas dúvidas e perplexidades. Anunciou António Costa que o salário mínimo deverá chegar aos 750 euros em 2023. Valor que as centrais sindicais consideraram um bom ponto de partida, na expectativa de conseguirem ir um pouco mais além. PCP, BE e Livre já tomaram posição considerando insuficiente a proposta. Dos partidos da direita aguardam-se posições, mas, se forem coerentes com o que defenderam na campanha, terão de tomar a mesma posição.

O aumento do salário mínimo, que, se se mantiver a proposta de A. Costa, e admitindo aumentos “iguais” nos 4 anos da legislatura, significará para 2020 um salário mínimo entre os 635 e os 640 euros, deveria implicar um aumento geral dos salários, mesmo que com menor aumento percentual,

a começar pelo salário mínimo da função pública, atualmente nos 635 euros.

Mas aqui começam as dificuldades. Logo na página 10 se deixa claro que, embora retomando o princípio da atualização anual dos salários (pg.16) “*estes [aumentos] poderão ser mais expressivos a partir de 2021*”, reforçando o que Mário Centeno tem vindo a dizer: em 2020 os aumentos salariais na administração pública serão pouco mais que simbólicos, já que o aumento da massa salarial prevista (3%) deverá cobrir as despesas resultantes “*do impacto das medidas de descongelamento das carreiras, (...) do efeito extraordinário da reposição do tempo de serviço nalgumas carreiras e do aumento do emprego público que se tem verificado nos últimos anos (...)*” (pg.10). Não é de esperar que o setor privado siga uma política de aumentos salariais diferente desta mesma linha de aumentos. A tão badalada necessidade de romper com a política de baixos salários fica, pois, adiada. Veremos se em 2021 não surgirão novos argumentos para novo adiamento.

A perplexidade aumenta quando, sem novidade, o programa reconhece a necessidade de “*contribuir para o rejuvenescimento da Administração Pública, oferecendo percursos profissionais com futuro, combatendo a política de baixos salários (...) e valorizando a remuneração dos trabalhadores de acordo com as suas*

qualificações e reconhecimento do mérito” (pg.16-17). Ora, é do domínio público (e também largamente defendido na campanha eleitoral) que não é possível atrair para o serviço público quadros qualificados com os salários que atualmente lhes são oferecidos: os médicos fogem do SNS, sente-se já a falta de professores e as vagas nas escolas superiores de educação não são ocupadas, emigram para a União Europeia os nossos enfermeiros, engenheiros altamente qualificados recusam trabalhar para os municípios... Requalificar a Administração Pública com este constrangimento é uma tarefa de Tântalo... O enunciado atrás referido parece vir ao encontro desta necessidade. Mas o que mais nos diz o programa deste XXII governo? Voltemos à página 10: “*(...) As progressões na Administração Pública custam todos os anos 200 milhões de euros. Deste valor, 2/3 é gasto em carreiras especiais em que o tempo conta no processo de progressão e que cobre cerca de 1/3 dos trabalhadores do estado. Este desequilíbrio deve ser revisitado*”. Isto é: o combate pela “revalorização dos salários” deste 1/3 de trabalhadores supõe que se “revisitem” (eufemismo nada enganador!) os salários das carreiras “em que o tempo conta para a progressão” (leia-se: médicos, professores, juizes e trabalhadores judiciais, entre outros). Mas não estarão nestas carreiras a esmagadora maioria dos qua-

Professores qualificados indispensáveis para a qualidade dos serviços públicos tão fundamentais como a saúde, a educação e a justiça? Será desqualificando os seus salários e as suas carreiras que se atrairão novos técnicos, tanto mais indispensáveis quando se constata o evidente envelhecimento dos quadros atuais? Esta perplexidade acentua-se quando se analisa o que este programa diz sobre a revisão das carreiras: “Promover uma discussão transparente e baseada em evidências sobre as carreiras não revistas para harmonizar regimes, garantir a equidade e a sustentabilidade, assegurando percursos profissionais assentes no mérito dos trabalhadores.(...)” (pg. 17). As carreiras dos professores (de todos os níveis de ensino) estão aqui incluídas. Não se contesta a necessidade de procurar harmonizar regimes, garantir equidades e a sustentabilidade. Mas estes objetivos não podem ser alcançados à custa de uma degradação das carreiras atuais, afastando os melhores estudantes das carreiras de ensino e educação, aumentando a carência de professores devidamente preparados e, deste modo, tornando retórica enganadora tudo (e é muito!) o que o programa proclama sobre a necessidade de melhorar a escola pública e apostar no conhecimento como condições de desenvolvimento económico e social do país. Diga-se, de passagem, que os próprios termos usados – evidências e mérito – merecem cuidadosa preocupação. Não porque não sejam conceitos necessárias para avaliar qualquer carreira. Mas porque a história recente das revisões das carreiras dos professores mostrou como todas as evidências avançadas para medir o mérito dos professores se traduziram em absurdos, inutilidades e mecanismos inúteis para a melhoria dos processos pedagógicos. Não é fácil ajuizar do mérito relativo de professores e educadores que trabalham em condições muito diferenciadas, devendo salientar-se que, face aos bloqueamentos impostos na



progressão na carreira, se trata, de facto, de “comparar méritos” e que dessa comparação, quantas vezes de resultados injustos e aleatórios, resultam consequência para a progressão dos docentes. “Revisitar” as atuais carreiras dos docentes implica reconhecer que nos últimos anos elas sofreram uma fortíssima degradação; implica reconhecer que no ensino não-superior a realidade não coincide com o estatuído: há roubo inaceitável do tempo de serviço prestado (prolongando a duração da carreira para mais de 40 anos), há uma enormidade de anos de serviço prestado como “contratado” (e portanto boa parte da carreira sempre com o vencimento do 1º escalão), há distorções causadas pelos vários momentos de revisões do ECD. Quanto ao ensino superior, basta reconhecer a enorme precariedade a que está sujeita boa parte dos docentes. Revisitem-se as carreiras, mas não se “perca o norte”: a valorização da escola pública implica a valorização real e a dignificação social das carreiras docentes. Duas notas “colaterais”, mas, creio, não despidiendas: não há referência à necessidade de “re-

visitar” os modelos de formação inicial dos professores e educadores. Creio ser demasiado “ligeiro” partir do princípio de que não precisam de qualquer reflexão...

Quanto à formação continua (dos docentes do ensino não-superior), o programa do governo limita-se a uma frase genérica. “Rever o modelo de formação contínua dos professores, para garantir um aprofundamento científico-pedagógico em contextos disciplinares e interdisciplinares” (pag.24). Certamente o Ministério da Educação tem consciência da insustentabilidade da situação atual: a maioria da formação contínua disponível é paga pelos docentes, (mesmo alguma oferecida por instâncias do M.E.), contrariando o que está estabelecido; e é feita em períodos fora do horário laboral (aos sábados e à noite), sendo que algumas direções dos agrupamentos dificultam o uso das horas de componente não letiva legalmente previstas para o efeito. Por outro lado, é necessário criar condições para que da frequência das ações de formação contínua resulte um benefício para a prática pedagógica e não apenas o cumprir de uma exigência burocrática. ■

Ensino Superior e Investigação Científica no Programa do XXII Governo Constitucional

• **André Carmo**

Dirigente do SPGL

Na área do Ensino Superior e da Investigação Científica, a constituição do XXII Governo traduz uma continuidade com o anterior. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) foi reconduzido, tal como o Secretário de Estado que o acompanhou na fase final da legislatura anterior. Relativamente a esse período, o balanço do SPGL e da FENPROF está feito, considerando-se em termos globais que, apesar de terem sido dados alguns passos importantes, tais como a dignificação do trabalho científico ou o fortalecimento da convergência entre os subsistemas universitário e politécnico, a atuação do MCTES ficou aquém do que era esperado. Sobretudo tendo em conta o grande contraste decorrente das circunstâncias específicas em que o governo anterior ganhou forma. É preciso não esquecer que tínhamos atravessado os anos de chumbo da *troika* que, com o seu ataque inaudito aos direitos laborais, conduziram a um grande aumento do desemprego e da precariedade, à mais expressiva vaga de emigração registada no Portugal democrático, a uma degradação acentuada das condições de vida e, igualmente significativo, à instauração de um clima genera-

lizado de desesperança e descrença no futuro. Neste contexto irremediável, o governo de minoria PS, apoiado pelo BE, PCP e PEV, representou uma lufada de ar fresco e muitos foram aqueles que nele depositaram grandes esperanças. Na área do Ensino Superior e da Investigação, em particular, as expectativas eram elevadas mas, atrevo-me a dizer, não irrealistas nem infundadas. Afinal de contas, era preciso restaurar a confiança num futuro digno e decente, algo que, necessariamente, teria de passar pelo combate determinado à precariedade laboral e pela inversão do subfinanciamento crónico do sistema. Infelizmente, e independentemente de se tratar de falta de vontade política, inabilidade governativa ou incapacidade negocial e/ou reivindicativa no quadro do Conselho de Ministros, nenhum destes problemas de fundo foi devidamente abordado, e muito menos resolvido, pelo MCTES. Mas isto é o passado e estamos já numa nova legislatura, com um quadro político diferente. Importa, pois, conhecer as principais intenções, ideias e as propostas que se encontram plasmadas no Programa do XXII Governo Constitucional, objetivo central deste artigo.

A leitura do programa do atual governo permite colocar em evidência alguns aspetos importantes, tanto ao nível do Ensino

Superior como da Investigação Científica. Importa, no entanto, sublinhar uma ideia que perpassa ambas as áreas e cujos desenvolvimentos devem acompanhar-se, pois os riscos inerentes não são negligenciáveis. Refiro-me, evidentemente, e para usar os termos que constam do programa, à inevitabilidade de levar a cabo um debate em torno das carreiras especiais que, é sugerido, constituem uma fonte de desequilíbrio orçamental e de despesa que impede a existência de uma política de incentivos que premeie a excelência e o cumprimento de objetivos predefinidos. Tanto as carreiras docentes do Ensino Superior Universitário e do Ensino Superior Politécnico, cujos estatutos, ECDU e ECPDESP, respetivamente, foram revistos em 2009, como o estatuto da carreira de Investigação Científica (ECIC), que não foi, poderão vir a ser revistos pelo governo no quadro da atual legislatura. Esta possibilidade existe e, seguramente, caso venha a desenvolver-se um processo dessa natureza, este não deixará de ser acompanhado pelo SPGL/FENPROF.

Ao nível do Ensino Superior, o Governo apresenta um vasto conjunto de propostas que, globalmente, consideramos positivas, e que visam, essencialmente, democratizar o acesso ao ensino superior e apoiar a sua frequên-



cia, tendo em vista a necessidade de aumentar o número de diplomados e, assim, combater uma herança pesada que ainda marca a sociedade portuguesa. Aspectos como o reforço dos apoios sociais aos estudantes do ensino superior, seja por via das bolsas de estudo ou dos alojamentos, a criação de incentivos para promover o acesso dos estudantes provenientes do ensino secundário profissional, aqueles para quem o ensino superior permanece, em larga medida, uma miragem, o aumento do investimento do ensino superior nos adultos, numa lógica de valorização da formação ao longo da vida, ou a promoção de medidas de inclusão social, são decisivos para que o Ensino Superior se afirme e consolide enquanto instrumento efetivo de combate às desigualdades sociais, de elevação do nível cultural dos portugueses e promoção de desenvolvimento. Prevê-se também o reforço da importância dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, embora esteja ainda por fazer uma avaliação dos seus impactos, bem como três outras medidas que o SPGL/FENPROF considera importantes e necessárias, sendo fundamental clarificar e negociar os termos da sua concretização, designadamente, a necessidade de discutir o modelo de avaliação das instituições de ensino supe-

rior, a necessidade de estimular o crescimento e diversificação das fontes de financiamento do Ensino Superior, sabendo nós que, a este respeito, o MCTES pretende, essencialmente, e contrariamente às recomendações da OCDE, apostar no financiamento competitivo e não na alocação de recursos por via do Orçamento do Estado, e, por fim, reforçar e incentivar sinergias entre ensino e investigação, ficando implícita a preservação da separação das carreiras, algo que o SPGL/FENPROF tem vindo a defender. Para além destes aspetos, o programa do Governo enfatiza ainda a necessidade de fortalecer a ligação da academia com o exterior, objetivo que, desde há muito, é perseguido por sucessivos governos e que, dado o perfil de especialização da economia portuguesa e o baixo nível de qualificações dos empregadores, enfrenta desafios específicos que, noutras latitudes, estarão já mais ultrapassados.

No que toca à Investigação Científica, o Programa afirma pretender reforçar o compromisso com a ciência e a inovação, através do aumento da investigação, desenvolvimento e inovação realizada em Portugal. Para o efeito, prevê-se, entre outras medidas, o reforço da previsibilidade e da regularidade do financiamento em ciência, que desde há muito tem vindo a ser defendido pelo SPGL/

FENPROF e outros atores importantes do sistema científico e tecnológico nacional e que implica, necessariamente, que a FCT reveja o seu modo de funcionamento; o aumento do investimento em ciência até se alcançar os 3% do PIB em 2030, objetivo ainda bastante distante e que exige uma capacidade política reforçada por parte do MCTES, algo que, até agora, teima em não se fazer ver; a continuação da valorização do emprego científico, afirmando o regime de contrato de trabalho (a termo certo) como regra para investigadores doutorados, medida que efetivamente não combate a precariedade laboral, perpetuando-a, e, por fim, garantir o reforço das carreiras de investigação e o rejuvenescimento das carreiras docentes recorrendo a investigadores que tenham tido contratos de emprego científico. Estas duas últimas medidas, em particular, terão uma importância acrescida, dado o atual panorama do trabalho científico em Portugal. Por um lado, a abertura de concursos para a respetiva carreira é quase inexistente e, por outro, são já vários os contratos de emprego científico que defraudam as expectativas dos investigadores pois, findo o seu período de vigência, os únicos caminhos existentes são novos contratos a termo certo. ■

Um programa para a educação que se integra na municipalização

• **Albertina Pena**

Dirigente do SPGLI

No programa do XXII governo, constatamos que a municipalização é um processo transversal às medidas de ação deste governo para a educação e avançar com este processo uma das prioridades para este setor.

Aprofundar a descentralização é o título de um capítulo deste programa. I.III.5. Aqui se refere que a legislatura foi marcada *pela criação de uma relação de confiança com as autarquias locais, por uma significativa recuperação e crescimento da capacidade financeira dos municípios e freguesias, pela devolução de autonomia ao poder local e pelo maior processo de descentralização de competências das últimas décadas (...)*.

O processo de municipalização tem, também, por base, o aproveitamento de programas de financiamento comunitário. Neste âmbito o governo fará depender a educação de um espartilho de concursos, do acesso aos quais poderá depender da capacidade das câmaras em conseguirem o financiamento para projetos que depois serão impostos às escolas.

Criar projetos-piloto de gestão

descentralizada nas áreas da educação, da saúde, do desenvolvimento rural, das políticas sociais e da formação profissional.

Não há referência a que tipo de projetos-piloto se trata, nem se estes serão um campo aberto para a intrusão, nas escolas, de interesses empresariais locais ou outros de carácter municipal.

A educação é um direito universal. A municipalização vem dirimir este direito e o governo desresponsabiliza-se e promove um grande desinvestimento num dos setores essenciais para a valorização do país. Não assumir a garantia do direito à educação, inscrito na Constituição, é menosprezar a cidadania e a democracia tão necessárias na escola pública. Não é com o instituir de um dia da cidadania (como consta deste programa de governo) que se garante o exercício pleno da mesma, além de que é um contrassenso estar a criar um dia da cidadania para escolas onde existe um modelo de gestão que não é democrático. Um exercício pleno de cidadania seria ter nas escolas um modelo de gestão democrático.

Estabelecer mecanismos transversais de governação integrada, que envolvam as diferentes áreas

(educação, saúde, proteção social, etc.), por forma a assegurar um funcionamento ágil e eficiente das respostas de proximidade.

Quando se fala no programa de governo em mecanismos transversais de educação não podemos deixar de pensar no que será exigido às pessoas quanto à sua disponibilidade para os vários serviços da autarquia. Profissionais da educação sob a alçada da municipalização passarão a ter de estar ao serviço da autarquia. Assim, o local de trabalho tanto poderá ser o agrupamento, a escola, a autarquia ou outra instituição na dependência desta. Desvirtuam-se, assim, as funções próprias de cada área profissional e poupa-se nos recursos.

O atual modelo de gestão das escolas será reforçado para se enquadrar no processo da municipalização.

Estabelecer percursos formativos que incluam capacitação para a liderança em contexto público e liderança de equipas com autonomia reforçada; (...) Avaliar a criação de medidas de reforço e valorização das funções de direção das escolas, incluindo as chefias intermédias.

Ao invés de existir um reforço



de lideranças, deveriam ser valorizadas equipas de trabalho e a eleição de equipas de gestão para uma valorização clara do pedagógico em detrimento do que é administrativo e da burocracia. Aliar um modelo de gestão que não é democrático à municipalização reforça a falta de democracia, tornando as escolas em locais de exercício da soberania autárquica em detrimento da autonomia das escolas e dos seus profissionais.

Neste quadro, as nossas linhas condutoras de ação até 2023 são a elevação da participação local na gestão das receitas públicas até à média da União Europeia, a consolidação do processo de descentralização em curso e o alargamento dos poderes locais a nível infra estadual.

O poder arbitrário de cada município ditará as suas medidas e o seu nível de intervenção, criando deste modo assimetrias e discriminações dentro de um mesmo sistema educativo.

Aumentar, gradualmente, a participação das autarquias locais na gestão das receitas públicas, convergindo até 2025 para o nível médio dos países da União Europeia.

Criando a ilusão de reforço do poder local, as autarquias estarão, assim, ao serviço da estratégia economicista imposta pelo espírito de uma *troika* que parece manter-se no país. No caso da educação, as peças dum modelo de gestão cada vez menos centrado em preocupações pedagógicas encaixam, qual puzzle, no processo de municipalização.

Avaliar o modelo de administração e gestão das escolas e adequá-lo ao novo quadro que resultou do processo de descentralização e aos progressos feitos em matéria de autonomia e flexibilização curricular.

Nos próximos anos estaremos perante um governo que irá ignorar o direito à educação, relegando o garante desse direito para os municípios que, como bem sabemos,

tornarão as escolas em espaços de poder absoluto, de ingerências, de chantagens, de retirada de direitos e de um apagão do exercício da democracia nas escolas. Com a flexibilização, uma percentagem do currículo para gestão das escolas passará a ser gerido pelas autarquias com a imposição dos seus inúmeros projetos.

Dotar as escolas de meios técnicos que contribuam para uma maior eficiência da sua gestão interna, recorrendo a bolsas de técnicos no quadro da descentralização.

Embora o anúncio de meios que contribuam para uma maior eficiência seja sempre aliciante, não são especificadas as competências dos técnicos, de que forma será constituída essa bolsa, critérios de integração e funções a desempenhar. Fica em aberto todo um terreno onde cabem o aceitável e o inaceitável. Mais uma vez, medidas impostas de fora e de cima, onde não se vislumbra qualquer ideia de consulta aos que desempenham a sua função educativa nas escolas.

Permitir que as escolas decidam o número de alunos por turma, mediante um sistema de gestão da rede.

No âmbito da autonomia, permitir que as escolas decidam o número de alunos por turma e depois manter as ilegalidades na constituição de turmas e não permitir a redução do número de alunos por turma ou passar a constituir grupos homogéneos, não é compatível. É apenas propaganda.

Criar incentivos à aposta na carreira docente e ao desenvolvimento de funções docentes em áreas do país onde a oferta de profissionais é escassa.

Ficam por definir quais serão os incentivos a criar para a aposta na carreira docente e ao desenvolvimento das funções docentes, quando de tudo foi feito para desvalorizar a profissão docente, quer a nível social quer da degradação de condições de trabalho.

Executar um plano integrado de modernização e requalificação de escolas de todos os níveis educativos, preferencialmente com cofinanciamento dos fundos estruturais e de investimento, no quadro das novas competências municipais neste domínio.

É preocupante que a requalificação das escolas esteja dependente de verbas de fundos estruturais; caso esse cofinanciamento não exista, iremos continuar a assistir à degradação dos espaços escolares. Preferencialmente, a requalificação das escolas deveria estar integrada num plano de execução financeira com cabimento de verbas próprias para o efeito. Sabendo que um dos objetivos da municipalização é a redução de custos em todas as vertentes, que futuro fica reservado às condições das escolas?

Defendemos uma Escola pública de qualidade e democrática e, por isso, precisamos combater e reverter o processo da municipalização. O Estado tem de garantir um sistema de ensino universal e gratuito, tal como está inscrito na Constituição da República Portuguesa, e não pode ser o promotor de assimetrias e desigualdades. O SPGL criou um Observatório da Municipalização com o objetivo de acompanhar e denunciar a implementação deste processo que é lesivo para a Educação. ■

O Estado tem de garantir um sistema de ensino universal e gratuito, tal como está inscrito na Constituição da República Portuguesa, e não pode ser o promotor de assimetrias e desigualdades.

Muita retórica com “ tiro ao alvo ” (carreiras especiais)!

• António Nabarrete

Dirigente do SPGL

Dossier

Programa do XXII Governo

Entre o “dia nacional da cidadania”, o comissariado para o lançamento de um “plano nacional de literacia democrática” (pág. 27) e a consagração da “pegada legislativa” e do “princípio dos quatro olhos” (pág. 32) avultam dois avisos solenes na página seis do Programa do XXII Governo Constitucional (a reter como os dois objectivos fundamentais!): colocar a **dívida pública** próximo dos **100% do PIB** até ao fim da legislatura e manter o **saldo primário** (diferença entre a receita e a despesa antes de juros) perto dos **3% do PIB** nos próximos quatro anos.

Estes dois objectivos, devidamente salientados a negrito, são antecidos pela perspectiva “*de um quadro de maior incerteza*” no cenário macroeconómico, para os próximos quatro anos. Assim, prevê-se um abrandamento da economia internacional cuja dimensão e duração são difíceis de anteciper, uma manutenção da tensão comercial entre os principais blocos económicos e a influência negativa de forças contrárias ao aprofundamento da integração europeia. Factores estes que tendem a induzir um abrandamento do crescimento do PIB na generalidade das economias. Mas não em todas! Pelo menos, no entender do governo, no que diz respeito à economia portuguesa! Esta que é uma das mais expostas do mundo à evolução da economia internacional, nomeadamente a europeia, como sustentam quase todos os economistas. Para a nossa eco-

nomia o Governo prevê o PIB a crescer 1,9% este ano e 2,2% em 2023, último ano da legislatura! Aparentemente, voltamos à teoria do “oásis”!

Estas previsões do PIB podem naturalmente (caso se viessem a confirmar) ajudar a atingir os dois objectivos principais do programa de governo acima enunciados (a descida da dívida pública para 100% do PIB e a manutenção do saldo primário perto dos 3%), já que eles são formulados em percentagem desse mesmo PIB. Contudo, no caso de este derrapar (o que se prevê que aconteça na maioria das economias europeias, entre as quais a alemã que já estará muito perto de entrar em recessão técnica!) tais objectivos só poderão ser atingidos à custa de uma grande retracção no investimento público e de uma desvalorização salarial na Administração Pública, nomeadamente nas carreiras especiais, acompanhada ou não de um abandono da política de rejuvenescimento do seu pessoal, prevista pelo governo para esta legislatura.

O cenário macroeconómico do Programa de Governo

O Governo enviou à Comissão Europeia, no passado dia 15 de Outubro, o Projecto de Plano Orçamental de 2020. O documento é uma espécie de *faz de conta*, já que assenta o seu cenário macroeconómico numa base de políticas invariantes, ou seja, não entra em linha de conta com quaisquer

novas medidas, que na realidade só tomarão alguma forma com a apresentação da proposta de Orçamento para 2020 na Assembleia da República. Contudo, esse projecto de Plano Orçamental de 2020 apresenta previsões muito semelhantes, relativamente a 2019 e 2020, às inscritas no cenário macroeconómico (2020-2023) que encerra as 190 páginas do Programa de Governo para os próximos quatro anos. O que significa que as medidas que constarão da proposta de Orçamento para 2020 estarão em linha com os objectivos enunciados nesse programa, pelo menos do lado da Despesa Corrente (onde se incluem as prestações sociais e as despesas com pessoal). Ora isto, salvo melhor opinião, pode traduzir-se em muito más notícias para os trabalhadores da Administração Pública e para os trabalhadores em geral (por via das prestações sociais).

O PIB português em 2018 cifrou-se em 201.612,5 milhões de euros. Se as previsões do governo para este ano de 2019 se verificarem, atingirá os 205.443,14 milhões de euros. Desse modo, a Despesa com Pessoal situar-se-á este ano nos 22.187,86 milhões de euros. Em 2020, continuando a trabalhar com as previsões do Governo, poderá atingir os 22.400,08 milhões de euros. Uma diferença de pouco mais de 212 milhões de euros. Que corresponde aproximadamente ao que o Governo já anunciou ser a verba destinada aos aumentos salariais para 2020. Ou seja, praticamente nada. Mas, então, somos forçados a admitir

Cenário Macroeconómico Programa do Governo						
		2019	2020	2021	2022	2023
Administrações públicas						
Saldo orçamental	% PIB	-0,2	0,2	0,8	0,6	0,5
Receita Total	% PIB	43,8	43,7	43,8	43,1	42,9
Despesa Total	% PIB	43,9	43,4	43	42,6	42,4
Despesa Corrente	% PIB	40,7	40,3	39,8	39,4	39,1
Prestações sociais	% PIB	18,3	18,3	18,1	18,1	17,9
Despesa com pessoal	% PIB	10,8	10,7	10,6	10,4	10,3
Despesa de Capital	% PIB	3,2	3,1	3,2	3,2	3,2
Dívida Pública	% PIB	118,6	115,1	108,8	103,4	99,4

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

que o impacto da recuperação do tempo de serviço, para além do eventual acréscimo de aposentações, não tem qualquer expressão em 2020! Estendendo o raciocínio até 2023, com este cenário macroeconómico, a Despesa com Pessoal ascenderá a 23.431,8 milhões de euros. Isto significa um aumento médio anual entre 2021 e 2023 de 343 milhões de euros. Ou seja, pouco mais que nada. E tudo isto se a nova teoria do “oásis” se verificar e em 2023 o PIB crescer 2,2% (contra 2% em 2021 e 2,1% em 2022)! A página 6 do Programa de Governo ajuda a compreender todo este enquadramento. Nela é dito muito claramente: “o debate em torno das carreiras da Administração Pública é inevitável. As progressões na Administração Pública custam todos os anos 200 milhões de euros. Deste valor, quase 2/3 é gasto em carreiras especiais em que o tempo conta no processo de progressão, e que cobre cerca de 1/3 dos trabalhadores do Estado. Este desequilíbrio deve ser revisitado. O aumento desta despesa não pode continuar a limitar a política salarial na próxima década e a impedir uma política de incentivos na Administração Pública que premeie a excelência e o cumprimento de objetivos predefinidos.” O grau, e intensidade, da referida **revisita** dependerá muito do que

se passar no mundo e na Europa nos próximos quatro anos. Mas com uma inflação anémica (abaixo de 1%) e com grandes economias europeias próximas da recessão, baixar a dívida pública para a zona dos 100% do PIB e manter um saldo primário perto dos 3% desse mesmo PIB só pode ser feito à custa dos salários da Administração Pública e da retracção das prestações sociais relativamente a todos os trabalhadores. Para não variar, não teremos nesta legislatura qualquer espaço de manobra para tréguas!

A educação como caricatura em bandeja municipal

O Programa de Governo, no que aos docentes e à Escola Pública diz respeito, não se fica “apenas” pelo ataque no plano das carreiras. Cava mais fundo. Afasta a educação do campo das prioridades, olhando-a mesmo com ligeireza e de forma quase caricatural. Para além de atirar, na página 12, a modernização e requalificação de escolas para a eventual existência de fundos europeus (deve ser por isso que o grave problema do amianto ainda está longe de ser resolvido) avança, na página 8, que para melhorar a qualidade da despesa pública “a redução da natalidade

decorrente da evolução demográfica permitirá a redução do número de alunos por turma que já está programada”!...

Por outro lado, a municipalização, com todos os aspectos negativos que comporta em matéria de autonomia das escolas (entre muitos outros nos vários planos da vida das escolas como nos concursos, no currículo, etc.), está de volta em força sob a capa da descentralização.

As páginas 136 a 141 do Programa de Governo (duas dedicadas ao pré-escolar, básico e secundário, duas dedicadas ao superior e uma à aprendizagem ao longo da vida), sob o título “apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades”, está cheio de definições de estratégias, de criação de estímulos e de reforços vários que são *copy/paste* feitos preguiçosamente de outros programas (eleitorais ou de governo) onde não se vislumbra uma estratégia para a Escola Pública e para as Universidades. No fundo, parece estar-se à espera que a demografia defina ainda mais para poupar nos recursos, materiais e humanos.

Não podemos, nem devemos, sob nenhum ponto de vista, permitir que tal aconteça. Como docentes e investigadores e como cidadãos! Os nossos filhos e netos esperam isso de nós! ■

Nuvens negras no horizonte

Joaquim Jorge Veiguinha

Num artigo publicado na revista italiana *l'Espresso* de 29 de setembro de 2019, Jian Zielonka sintetiza assim o legado do governo da ‘geringonça’: “A escolha de Costa revelou-se clarividente (...) A austeridade foi atenuada e as políticas neoliberais foram abandonadas por Costa. O Governo aumentou as pensões e o salário mínimo, aboliu os cortes nos salários do setor público e bloqueou as privatizações já programadas (...) Os efeitos económicos positivos resultantes foram repartidos equitativamente, em benefício da população menos favorecida e não apenas dos empresários. Costa sempre defendeu que «as contas públicas em ordem são compatíveis com a coesão social»”

Excetuando o último período, esta síntese é particularmente perspicaz. No entanto, as eleições de 5 de outubro deste ano ditaram o fim desta ‘bela harmonia’, inaugurando um período de incertezas. O PS, apesar de não conseguir a maioria absoluta, elegeu 107 deputados (36,7%), enquanto os partidos ‘tradicionais’ à sua direita, PSD e CDS-PP, a que se juntam o Chega e a Iniciativa Liberal, não conseguiram mais do que 34,74%. Em contrapartida, à esquerda do PS, o BE, apesar de ter diminuído a sua votação, manteve os seus 19 deputados, enquanto o PCP registou uma quebra

significativa passando dos 17 deputados de há quatro anos para apenas 12. Um novo partido de esquerda, o Livre, elegeu uma deputada, entrando na Assembleia da República após ter falhado este objetivo na legislatura anterior.

Com o fim da ‘geringonça’, as perspectivas não parecem risonhas. É de sublinhar, antes de tudo, a falta de inteligência política dos que consideraram apressadamente que “a direita sofreu uma derrota histórica” – deviam estar mais preocupados com as consequências infelizes sobre os partidos da direita tradicional da entrada de dois partidos de extrema-direita, um na versão racista e xenófoba, outro na versão neoliberalista com a sua defesa de um imposto proporcional e do pagamento do salário mínimo pelas autarquias, o que implicaria o fim do Estado social –, bem como o inaceitável sectarismo daqueles que, depois de sofrerem uma estrondosa derrota política, se fecharam a qualquer processo de negociação séria e, através de alguns dos seus representantes sindicais, ameaçaram reforçar a contestação de rua ao novo Governo.

A obsessão pela redução do défice orçamental

O anterior Governo, através do seu ministro das Finanças, não se tem cansado de se autoelogiar – presume-

-se que o novo continue na mesma senda – pela sua façanha no âmbito da redução do défice orçamental. Embora esta seja um fruto das políticas de austeridade em vigor na União Europeia, a previsão de um défice zero para 2020 – em Abril estimava-se um excedente de 0,2% do PIB, enquanto o FMI aponta para um excedente de 0,1% do mesmo, ultrapassando as estimativas do anterior Governo – torna Mário Centeno, agora com o beneplácito do Ecofin e da zona euro, – numa espécie sequência natural da longa série de ministros das Finanças obsesionada, desde Salazar a que se juntou a plêiade dos neoliberais, pelo equilíbrio orçamental e pelo défice zero. No entanto, esta obsessão nem sempre é compatível com a coesão social. A prova disto é o estado lastimoso do Serviço Nacional de Saúde em que faltam médicos e enfermeiros, em que urgências fecham, apesar de terem sido despendidos mais 220 milhões de euros com a contratação de pessoal. Também preocupante é o défice do SNS que, em 2018, registou um aumento de 145%, situando-se em 848 milhões de euros, relativamente a 2017. Por sua vez, o estado das ferrovias é lastimoso e a estratégia de municipalização do anterior Governo já está a dar os seus ‘frutos’ com a falta de auxiliares educativos em inúmeras escolas do país. O novo Governo terá que corrigir necessariamente estas lacunas.

A inversão da conjuntura

Tudo aponta para que a conjuntura favorável que até agora desfrutámos esteja a alterar-se, abrindo a porta a uma reorganização da direita portuguesa num sentido do reforço da componente neoliberalista, ansiosa em destruir por completo o já débil Estado social português, a que se se junta a componente abertamente fascista do Chega, cujo líder, é bom recordá-lo, proveio do PSD e, ao contrário do que aconteceu com o CDS-PP, não foi desautorizado, mas pelo contrário reconhecido por Passos Coelho cuja clientela política se está a candidatar à liderança do maior partido da direita portuguesa. A maior economia da UE, a Alemanha, demonstra preocupantes sinais de desaceleração, enquanto a eventualidade de um Brexit sem acordo pode agravar as tendências recessivas que já se estão a manifestar no velho continente. Se a isto acrescentarmos a oposição crescente da parte de alguns países, como a Alemanha e a Holanda, à compra da dívida dos países mais débeis em termos orçamentais, como Portugal e a Itália, com elevadas dívidas públicas, com a agravante de Portugal possuir ainda uma elevadíssima dívida externa, o quadro torna-se cada vez mais preocupante. Um dos falhanços do anterior Governo foi nem sequer ter tentado, embora fosse extremamente difícil no

contexto das políticas austeritárias e da elevada dívida externa portuguesa, mudar o padrão de especialização da economia portuguesa, caracterizado pela baixa composição tecnológica, pela fraca qualificação da população trabalhadora, pela baixa produtividade e pelo seu carácter ‘rentista’ e parasitário. Assim, o modelo económico está fortemente dependente do turismo ‘law cost’, já responsável por 12,2% do PIB, e que resume grande parte das deficiências estruturais referidas. A indústria exportadora, salvo raras exceções, caracteriza-se pela baixa e médio-baixa composição tecnológica, com especial destaque para a indústria automóvel, que gera 60% do produto do ramo metalomecânico, sendo basicamente uma indústria de produção de componentes e de montagens. Os serviços de alto valor acrescentado, centrados no conhecimento e na inovação, são praticamente inexistentes, enquanto, segundo dados relativos a Agosto passado, que não podem ser considerados meramente conjunturais, a formação bruta de capital fixo, principal componente do investimento, é alimentada apenas pela construção e imobiliário, baixando em setores estratégicos como o das máquinas e equipamento que, além do mais, se caracteriza por uma forte componente importada. Se a isto acrescentarmos que os vistos ‘gold’ se concentram no imobiliário – 94% do total –, ao passo que as atividades que criam, pelo me-

nos dez postos de trabalho, constituem apenas 0,2% do total, chegamos à conclusão que a política económica do governo anterior se caracterizou pela ‘navegação à vista’. Tal política terá que mudar radicalmente – os condicionamentos impostos pela eurozona não podem mais servir de desculpa – tanto mais que os setores exportadores tradicionais, calçado, têxtil e vestuário registaram este ano preocupantes sinais de desaceleração, contribuindo para o agravamento do défice da balança de mercadorias. Uma coisa é certa: o modelo económico português não está minimamente preparado para resistir à alteração da conjuntura que se avizinha. A estratégia (ou a ausência dela) do anterior governo tem que ser redimensionada. Caso contrário, nuvens negras acastelam-se no horizonte. ■

Uma coisa é certa: o modelo económico português não está minimamente preparado para resistir à alteração da conjuntura que se avizinha. A estratégia (ou a ausência dela) do anterior governo tem que ser redimensionada. Caso contrário, nuvens negras acastelam-se no horizonte.



“Uma ideia inclusiva do que é a inclusão”

“Este congresso é um olhar pelo caminho, um caminho que fazemos de olhos abertos e de braços abertos”.

São significativas palavras de boas vindas de David Rodrigues ao VI Congresso Internacional da Pró-Inclusão, que teve lugar em Santarém, de 24 a 26 de outubro.

Ligia Calapez e Sofia Vilarigues
Jornalistas



“Uma ideia inclusiva do que é a inclusão”. Oito anos depois da sua criação, 19 anos

após esse primeiro embrião que foi o fórum de estudos, esta uma ideia-chave que continua a nortear o trabalho quotidiano da associação Pró-Inclusão⁽¹⁾, como foi sublinhado pelo seu presidente, David Rodrigues, na abertura dos trabalhos do congresso.

Uma intervenção que se desdobrou em quatro palavras.

História - naturalmente a história da própria associação, mas englobando também momentos e processos diversos. Quer a ligação a países que falam português, quer a valorização do mérito, pela atribuição - no congresso - de medalhas de a diferentes personalidades e uma medalha simbólica aos professores.

Gratidão - para com as pessoas “que nos ajudam a ir mais longe”.

Coragem - a coragem de apostar na mudança, mesmo quando os tempos não são tão favoráveis e há quem defenda que “melhor seria que estivéssemos separados”; continuar a trabalhar

“com as fantásticas diferenças das pessoas”.

Esperança - na perspectiva de que não basta “dar aulas”, de que é possível ver a educação não apenas como “amanhar uma pedra”, mas antes “construir uma catedral”, de que educar é educar humanos, é “estar inteiro na educação”. Sem escamotear que é preciso melhorar, que ainda há muito para fazer: na formação de professores; no apoio às escolas (atualmente muito insuficiente); no apoio à inovação inclusiva/pedagógica, para todos; no financiamento à educação; num maior empenhamento na promoção dos direitos humanos na escola.

Para que serve a escola hoje?

Autonomia e flexibilidade curricular como oportunidade para uma escola mais inclusiva - foi o ponto de partida de Ariana Cosme, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UPorto, numa intervenção que se centrou numa questão fundamental: para que serve a escola hoje? Não é para acumular informação, su-

blinhou a oradora. Mas para procurar constantemente acrescentar ferramentas. Manter forte a escola através da ferramenta da democracia. Utilizar plenamente o potencial democrático da escola.

Uma escola para o século XXI deve ser capaz de estimular o pensamento crítico, o trabalho em cooperação, ligar informação e conhecimento num encontro entre diferentes disciplinas. “Por-mo-nos no lugar dos alunos: *como é que eles aprendem melhor?*”. Uma outra forma de ser escola.

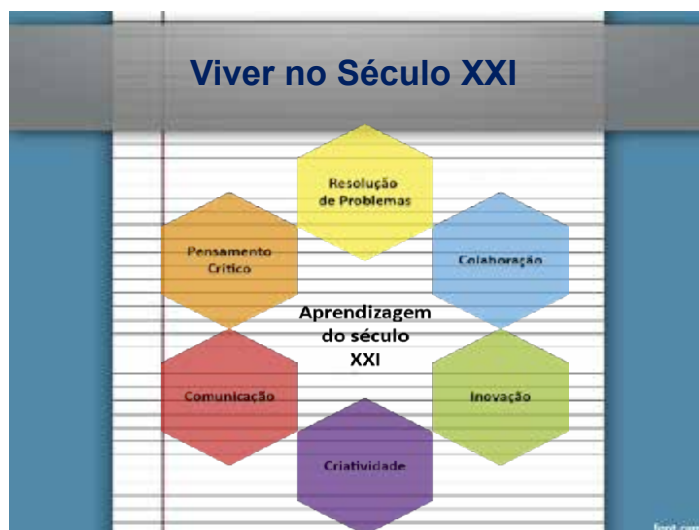
Reportando-se aos princípios inclusos nos documentos respeitantes a autonomia e flexibilidade curricular, a oradora reconheceu que se trata de “um currículo mais complexo e exigente”, que põe em causa um modelo de escola em que muitos de nós continuamos aprisionados. Mas sublinhou que o essencial é que “cada criança se sinta bem-vinda na escola”. E a história da escola portuguesa ao longo dos últimos 40 anos testemunha de que “somos capazes”. Hoje o que está em causa é não deixar ninguém de fora. Acreditar que “é possível ir mais longe” nesta via. Aprender sempre é o grande desafio, concluiu.

Inclusão, mudança, formação

Existe a ideia de uma escola portuguesa? Esta a questão colocada por Inês Alves, da Universidade de Glasgow, numa apresentação em que o tema abordado foi a escola portuguesa vista de fora, de realidades e práticas diversas das portuguesas.

Um primeiro passo para compreender o sistema educativo português – defendeu a conferencista – é a perceção de que a ideia de base é **mudar a escola** para que todos os alunos possam ser incluídos nela. Ou seja – “não se trata de adaptar o aluno à escola, mas de mudar a nossa escola, a maneira que pensamos como é a turma, o dia a dia, o papel do professor”.

São estas políticas que “fazem agora da nossa escola a escola portuguesa. A escola inclusiva portuguesa – que gera



muito interesse a nível internacional”, sublinhou.

Mas nem só de políticas se trata. As escolas, no fundo, são as pessoas. São os professores que todos os dias se perguntam – *como é que eu posso fazer para este aluno estar mais motivado? Ou aprender mais.*

A implementação de políticas inclusivas implica professores motivados e empenhados, considerou. Pelo que é essencial ter em conta, nomeadamente, alguma resistência à mudança. Pela sensação “de falta de tempo, falta de apoio, falta de conhecimento, falta de recursos”.

Uma realidade que, tal como a necessidade de mudança de foco – *dos indivíduos e do jogo de encontrar culpados, para as características dos contextos e organização das escolas* – obriga a uma formação adequada. “Não apenas pequenas ações de formação. O que precisamos é de um modelo de formação de professores que apoie na mudança”.

– obriga a uma formação adequada. “Não apenas pequenas ações de formação. O que precisamos é de um modelo de formação de professores que apoie na mudança”.

Dois exemplos de como “dar a volta” e alguns contributos em torno da formação

As experiências desenvolvidas pelo Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro e pela Escola Básica 1 da Várzea (respetivamente pelo diretor Paulo Almeida e pelo coordenador António Quaresma Coelho), são dois exemplos

possíveis de como se pode “dar a volta” de que a escola precisa.

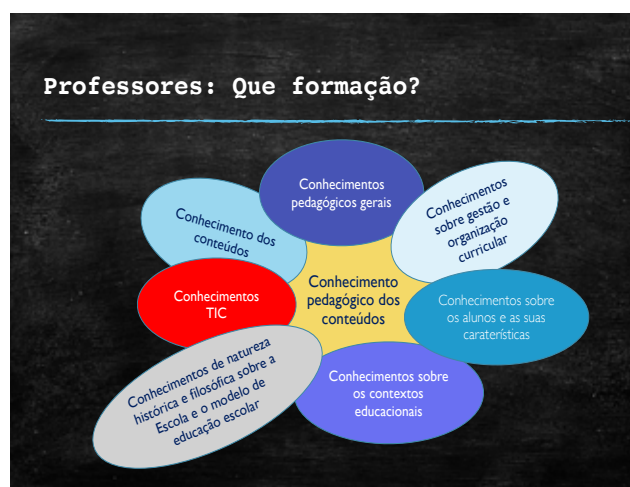
Em causa está, nas palavras de António Coelho, passar de um paradigma de ensino baseado na transmissão de conteúdos para uma escola baseada na aprendizagem de conteúdos/competências, numa lógica de aprendizagem holística. Na Escola Básica 1 da Várzea⁽²⁾ este caminho tem sido percorrido apostando em espaços abertos de aprendizagem, com equipas educativas, núcleos

de aprendizagem (e não anos de escolaridade), planos individuais de trabalho.

Também no Agrupamento de Escola Fernando Casimiro⁽³⁾, de Rio Maior, os espaços educativos diversificados, a diferenciação pedagógica, a aprendizagem coletiva, uma avaliação contínua dos alunos, enformam o modelo de ensino/aprendizagem.

Na mesa redonda em torno da **formação** – uma área muitas vezes experienciada pelos professores como um acréscimo significativo de horas de trabalho – o mote foi para a acrescida exigência que a escola inclusiva impõe.

“Não estamos no grau zero”, começou por sublinhar Rui Trindade, Presidente do Conselho Científico-Pedagógico



da Formação Contínua. Há excelentes exemplos. Mas também muito caminho a percorrer – interligando conhecimento académico e conhecimento pedagógico.

Para Olga Marouço, Diretora do Centro de Formação de Associação de Escolas Leirimar, “a formação tem de ser pensada mais num contexto organizacional”, conjugando “necessidades individuais e organizacionais”. Impõe-se uma formação pedagógica para a inclusão dirigida a todos os professores – trabalhando estratégias e opções metodológicas para realidades concretas. João Adelino dos Santos, diretor do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, elencou algumas propostas para a formação – da prática pedagógica à educação inclusiva na formação inicial – e sublinhou a necessidade de uma formação menos teórica.

O eu e o outro

Armando Nembri, da Escola Nacional de Saúde Pública do Brasil, e surdo profundo, defendeu que um olhar inclusivo envolve a perceção do outro sem preconceito, precisa de uma empatia forte. E que a base de um cérebro saudável é a bondade. Considerou também que podemos treinar a bondade.

Para Armando Nembri “eu preciso valorizar sentimento do outro” e “todo o nosso saber começa nos sentimentos”. “Nós podemos ser mais amorosos”, afirmou. E questionou “como fazer isso?”. Elaborou “três segredos para o embelezamento da alma”. Saber ouvir, saber olhar, sendo que “o importante não é ter sentido de visão perfeita é enxergar o outro, enxergar a beleza”, e saber falar, “falar com amor”.

Na mesa redonda “O difícil é sentá-los!” que se seguiu, provou-se que o importante é começar pelo ato.

Luzia Lima-Rodrigues, docente da ESE de Setúbal, baseou a sua intervenção num exercício ativo conjunto. “Porquê? Porque a sequência da construção da inteligência, como nós todos estudamos em Piaget, ela começa no concreto e vai para o abstrato, ela começa da sensação para depois ir para a perceção, e começa do ato para depois ir para o pensamento”.

Trabalhando um conceito do Congresso, o de caminhar e de caminhar, colocou o grupo inteiro a caminhar, alternadamente no seu próprio ritmo e no ritmo do outro, no ritmo do grupo. O que acontece ao longo do exercício



normalmente, afirmou no fim, é que a diferença entre a velocidade do ritmo próprio e do ritmo do grupo vai diminuindo, “o que quer dizer que se vai criando uma certa harmonia, eu já me acostumo com o outro, já tem o outro mais integrado em mim”. “Acho que a inclusão é mesmo isso, o outro já não me é estranho e, portanto, o ritmo do outro já não me é estranho e nós passamos a caminhar com o outro”, concluiu. Ivete Azevedo, fundadora e coordenadora pedagógica do Torrancenter Portugal, falou de colaboração e ação. Começou por lançar um desafio aos presentes: o de fazer o som da chuva, a música da chuva. Com estalidos de dedos, esfregando as palmas das mãos, batendo com as mãos nas coxas ou com os pés no chão. E considerou que era como uma orquestra, em que “cada um deve saber tocar instrumento, mas com orientação clara”.

“Alunos e professores que trabalham colaborativamente obtêm melhores resultados de aprendizagens”, considerou. E apontou para a “construção de culturas colaborativas”. Com comunidades de aprendizagem colaborativas profissionais, em que “podemos aprender com o colega, com o que outros já investigaram”.

Sónia Seixas, professora adjunta na ESE de Santarém, falou sobre *bullying* e *cyberbullying* em idade escolar.

O *bullying* é um comportamento intencional, repetido, que pressupõe desigualdade entre alunos envolvidos, afirmou. Aumenta do 1º Ciclo para o 3º Ciclo. Decresce ao longo do secundário, embora casos possam ser mais gra-

vosos. Há o perigo de se tornar um círculo vicioso, salientou. A melhor pista de intervenção, referiu, é dinamizar o papel dos pares contra o *bullying*.

Sobre o *cyberbullying* Sónia Seixas destacou que é um fenómeno novo com vários fatores facilitadores, em que se inclui a supervisão parental difícil. A comunicação através do ecrã, afirmou, permite o anonimato e facilita agredir, já que posso ser o mais fraco, se tiver competência tecnológica posso agredir. Pode acontecer em qualquer lugar a qualquer hora e pode ter uma grande audiência.

Mas a avaliação... Os desafios

Para o Movimento da Escola Moderna⁽⁴⁾, há uma profunda interação entre o programa curricular, os planos individuais de trabalho e a avaliação (que envolve uma autoavaliação com descrição do processo de aprender). Luís Mestre, presidente da direção do Movimento da Escola Moderna, esboçou em traços largos o modelo pedagógico do MEM, a luta por uma escola para todos “onde se valorizem as diferenças e não se agravem as desigualdades”.

Tendo em vista este objetivo de fundo, o conferencista elencou pressupostos e características do modelo pedagógico do MEM, nomeadamente recusar o ensino simultâneo tradicional, reconhecer o direito à diferença e aos ritmos diferenciados, a organização de cada turma em comunidade de aprendizagem, uma perspetiva sociocultural da educação – construção conjunta do conhecimento, ajuda mútua.



A avaliação inscreve-se no dia-a-dia, em cada semana, no quotidiano da escola. À segunda-feira definem-se parcerias a partir das necessidades das crianças, esboça-se um quadro de ajudas (pedidas e oferecidas), definem-se itens de aprendizagem. À sexta é momento de autoavaliação, com descrição do processo de aprender e registo de comentários, incluindo os dos professores.

Luis Santos, presidente do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), defendeu que “a avaliação não deve vir no fim, mas no início”. Trata-se de planear as situações de aprendizagem em conjunto com a avaliação, planear metodologias de avaliação de acordo com as didáticas.

A concluir, o conferencista indicou algumas ideias “para levar para casa”: começar pela avaliação; diferentes caminhos, as mesmas aprendizagens essenciais; a avaliação é um direito do aluno; criar condições para que o aluno possa demonstrar o que aprendeu.

A encerrar a mesa redonda sobre avaliação, Jorge Costa, diretor do Agrupamento de Escolas nº1 de Abrantes, começou por afirmar que “uma nota de teste diz muito pouco”. E defendeu que é preciso colocar a avaliação ao serviço da aprendizagem. Deixando um alerta: “Estes processos só mudam se for a escola com os professores a fazer a mudança”.

Os desafios da avaliação pedagógica foram o tema da conferência de Domingos Fernandes, do Instituto da Educação da Universidade de Lisboa. Analisando que “tivemos uma evolu-



ção fulgurante desde há três décadas”, Domingos Fernandes abordou vários aspetos de um caminho a percorrer. De um paradigma da transmissão para um paradigma da comunicação, em que já está o Movimento da Escola Moderna. De um foco no ensino e nos docentes para um foco nas aprendizagens e nos alunos, como o estão a mudar decretos atuais. De avaliar para classificar para avaliar para aprender. Da relevância da fala dos docentes para a relevância do trabalho autónomo dos alunos, como no caso do Movimento da Escola Moderna. De tarefas para ensinar, tarefas para aprender, tarefas para avaliar para aprender, avaliar, ensinar. E considerou que “estamos a percorrer este caminho”.

No final, afirmou a importância da “integração do ensino, da aprendizagem e da avaliação; da diversificação das estratégias, das tarefas de avaliação; do envolvimento ativo dos alunos nos processos de avaliação; de avaliar para

melhorar o ensino, para melhorar as aprendizagens; de distribuir *feedback* de forma sistemática”. E, concluiu, “este é o grande combate: avaliar não é classificar”. ■

“Eu não desisto de ninguém!

Ajudam-me neste desafio? “

- (1) <https://proandee.weebly.com/>
- (2) <https://www.facebook.com/people/EB-V%C3%A1rzea-de-Sintra/100014999610782>
- (3) <https://aefernandocasimiro.wordpress.com/>
- (4) <http://www.movimentoescolamoderna.pt/>



5 de outubro de 2019

“Jovens professores: o futuro da profissão”

“**A** arte suprema do professor consiste em despertar o entusiasmo pela expressão criativa e pelo conhecimento”.

Hoje, seguindo a lição de Albert Einstein, celebramos a experiência, a energia e a paixão dos professores, que são a pedra angular dos sistemas educativos do futuro.

Os professores desempenham também um papel central na regeneração da sua própria profissão. Sem uma nova geração de professores motivados, milhões de alunos serão privados, ou continuarão a ser privados, do seu direito a uma educação de qualidade. Torna-se muito difícil atrair e reter talentos naquela que é uma profissão mal paga e subvalorizada. As taxas de abandono escolar disparam a nível mundial, em parte devido à precariedade do emprego e às escassas oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. Além disso, faltam recursos para as crianças com necessidades educativas especiais, com deficiência, refugiadas e alunos multilingues.

Hoje, é urgente agir. Os números disponibilizados pelo Instituto de Estatísticas da UNESCO (IEU) são preocupantes: o mundo precisa de cerca de 69 milhões de novos professores para alcançar o estipulado pela Agenda 2030 para a Educação. As desigualdades

mundiais poderão agravar-se, tendo em conta que 70% dos países subsaarianos enfrentam uma grave escassez de professores, percentagem que ascende aos 90% no ensino secundário.

Estes problemas são ainda mais prementes nas zonas rurais e nas zonas afetadas por crises nos países em desenvolvimento. Os professores, em particular as mulheres, correm risco de isolamento e violência, o que provoca um fluxo de professores para áreas urbanas, deixando as escolas rurais com falta de pessoal.

Para contrariar esta situação, o papel central dos professores no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento foi reforçado na Conferência Mundial sobre Educação da UNESCO e no 11.º Fórum de Diálogo sobre políticas do Grupo Internacional sobre docentes para a Educação 2030. Para tal, os sistemas educativos precisam de reformular a forma com recrutam, formam, motivam e retêm as mentes mais brilhantes para o ensino do século XXI.

Os media e as novas tecnologias devem ser instrumentalizados para elevar a profissão docente e demonstrar a sua importância para os direitos humanos, para a justiça social e para as alterações climáticas. Os governos devem também melhorar o emprego e as condições de trabalho.

Esta questão é ainda mais urgente ten-

do em conta a escassez de jovens candidatos para substituírem os 48,6 milhões de docentes que atingirão a idade da reforma na próxima década.

Com o tema: “Jovens professores: o futuro da profissão”, reconhecemos a extrema importância de reafirmar o valor da missão dos professores. Instamos os governos a fazerem do ensino uma profissão de primeira escolha para os jovens. Também convidamos os sindicatos de professores, de empregadores do sector privado, de diretores de escolas, as associações de pais e de professores, as estruturas de gestão das escolas, os funcionários do setor da educação e os formadores de professores a partilhar os seus conhecimentos e experiências com vista a promover o surgimento de um corpo docente dinâmico.

Acima de tudo, celebramos o trabalho de professores dedicados no mundo inteiro para que, todos os dias, continuem a envidar esforços de forma a garantir que “a educação de qualidade, inclusiva e equitativa” e a promoção de “oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” se tornem uma realidade universal. ■

Mensagem conjunta da Diretora-Geral da UNESCO, do Diretor-Geral da OIT, da Diretora-Geral da UNICEF, do Administrador do PNUD e do Secretário-Geral da Internacional da Educação por ocasião do Dia Mundial do Professor - 04 outubro 2019

Ensino Particular e Cooperativo

Plenário Nacional de Docentes

Meia centena de docentes do Ensino Particular e Cooperativo estiveram reunidos dia 26 de outubro, em Lisboa, para fazer o balanço da negociação entre a CNEF e a FENPROF do Contrato Coletivo de Trabalho para o setor, definir formas de luta para pressionar a CNEF a negociar e aprovar um caderno reivindicativo para o EPC, a ser apresentado ao novo Ministro da Educação e enviado aos grupos parlamentares.

Na abertura dos trabalhos, a Coordenadora Nacional do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo da FENPROF, Graça Sousa, fez um balanço de todo o processo negocial, desde 2013 até ao momento.

Na sua intervenção, o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, sublinhou a importância da mobilização e participação dos professores nas ações de luta promovidas pela FENPROF e pelos seus sindicatos para que a luta por um Contrato Coletivo de Trabalho justo e que dignifique a profissão docente permita desbloquear o impasse a que chegaram as negociações com a CNEF (Confederação Nacional da Educação e Formação).

O caderno reivindicativo – *Pelo direito a uma carreira digna e valorizada* – exige do Governo que apresente uma proposta de alterações ao Código de Trabalho, “eliminando as normas mais gravosas, desde logo no capítulo da caducidade dos Contratos Coletivos de Trabalho e na retoma do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.”

São **objetivos** dos professores reunidos

em plenário nacional:

- Alterar o Estatuto do EPC, no respeito pela Lei de Bases do E.P.C. que estabelece que os(as) docentes que exercem funções em estabelecimentos particulares e cooperativos de ensino têm os direitos e estão sujeitos(as) aos específicos deveres emergentes do exercício da função docente, devendo ser devidamente reconhecida a sua função de interesse público e, assim, harmonizar as suas carreiras com as do ensino público;

- Celebrar um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) que reconheça e reponha direitos eliminados ou reduzidos, respeite os(as) docentes, valorize a sua carreira e dignifique o seu exercício profissional;

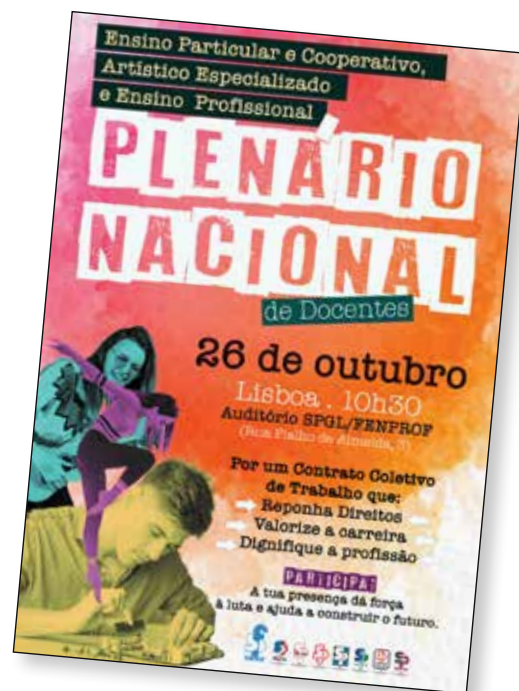
- Exigir que as verbas públicas e comunitárias, necessárias para o funcionamento das escolas com contratos estabelecidos com o ME sejam transferidas atempadamente, permitindo o seu normal funcionamento, nomeadamente no que respeita ao cumprimento do pagamento mensal de vencimentos;

- Exigir um financiamento adequado às necessidades do ensino profissional, designadamente para garantir aos(as) docentes uma carreira adequada às suas responsabilidades profissional e social, no sentido de assegurar a qualidade desta oferta educativa;

- Fiscalizar e controlar, os financiamentos públicos a estabelecimentos de ensino privado, de modo a evitar a utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo, nomeadamente vencimentos, cabendo essa responsabilidade ao Ministério da Educação;

- Criar um estatuto específico para os(as) docentes a exercerem funções no ensino artístico especializado da música e da dança, que não deverá ignorar a sua condição de artistas, importante mais-valia para este setor de ensino;

- Criar uma rede nacional do ensino artístico especializado;



- Clarificar o enquadramento jurídico sobre a certificação do tempo de serviço docente prestado em escolas profissionais privadas, IPSS e Misericórdias;
- Reconhecer para todos os efeitos, o tempo de serviço dos educadores de infância a exercer ou que exerceram funções em creche, em moldes iguais a todos os que exercem funções na valência de jardim-de-infância das instituições particulares, bem como a exigência de que o ME passe a tutelar pedagogicamente as creches;
- Exigir uma eficaz atuação da ACT e da IGEC nos estabelecimentos e instituições de ensino privado, em relação aos quais surjam denúncias de violação dos direitos dos docentes e desenvolvimento de ações inspetivas regulares nos restantes;
- Valorizar os Ensinos Particular e Cooperativo, Incluindo Artístico Especializado e Profissional, IPSS e Misericórdias garantindo que as normas por que se rege a atividade profissional dos(as) respetivos(as) docentes, e fixadas em sede de Contrato Coletivo de Trabalho, sejam semelhantes às dos(as) docentes do ensino público.■



Valorizar o Pré-Escolar

Apresentamos aqui um documento publicado recentemente pelo M.E. que vem reforçar a importância do pré-escolar e a necessidade da sua valorização.

Visando esclarecer algumas das dúvidas mais importantes que se colocam aos docentes, encarregados de educação e às direções dos agrupamentos, onde estas questões, infelizmente, ainda se levantam, o Ministério, através das Perguntas Frequentes, esclarece e reforça aspetos fundamentais das orientações curriculares para este ciclo de ensino. Esta é a razão pela qual consideramos fundamental a sua divulgação e a leitura obrigatória das mesmas, neste espaço. Transcrevemos aqui o seu preâmbulo:

“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida (Lei-Quadro - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), destinando-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar, sendo a tutela pedagógica da competência do Ministério da Educação (Lei-Quadro e Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho).

“A responsabilidade do atendimento das crianças dos 0 aos 3 anos de idade é do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“Coordenar, acompanhar e propor orientações, em termos científico-pedagógicos e didáticos, para as atividades da educação pré-escolar, constitui

uma missão da Direção-Geral da Educação.

“Neste âmbito e tendo em consideração dúvidas que têm vindo a ser colocadas a estes serviços, foi elaborado um conjunto de Perguntas Frequentes com o objetivo de esclarecer os profissionais, as famílias, as instituições e o público em geral sobre questões relacionadas com a educação pré-escolar”.

Para consultar as Perguntas Frequentes relativas ao funcionamento, organização e desenvolvimento curricular da Educação Pré-Escolar, veja aqui:

<https://www.dge.mec.pt/perguntas-frequentes>

Consulte a nossa página em
www.spgl.pt





Falta de professores nas escolas devia preocupar seriamente

Anabela Delgado
Dirigente do SPGL

A retórica sobre a aposta na Escola Pública não resistirá muito tempo se o governo não tomar as medidas necessárias e essenciais para valorizar social e profissionalmente os profissionais que, contra todas as adversidades, têm mantido as escolas a funcionar, obtendo uma reconhecida melhoria dos resultados das crianças e jovens que as frequentam.

Os dados nacionais relativos aos horários que estão ainda a concurso, decorridos dois meses sobre o início do ano letivo, apontam para que cerca de 10 000 alunos ainda estarão sem ter todas as aulas porque não têm professor. Não há professores em disciplinas em que ainda há muito pouco tempo havia excesso de candidatos – caso de inglês e geografia. Informática é outra das disciplinas onde há muita falta de professores.

É útil recordar que no grupo de recrutamento de informática, onde incide uma enorme falta de professores, os horários correspondem, por norma, a um elevado e inaceitável número de turmas, podendo atingir 22, isto é, mais de 400 alunos. Como este grupo de recrutamento há outros exatamente com problemas do mesmo tipo: educação visual, educação tecnológica e mesmo geografia e história, estes com 8 a 10

turmas, consoante os anos de escolaridade. Isto é, não será o horário de trabalho a atrair candidatos.

Da análise dos dados gerais relativos à candidatura aos concursos para recrutamento de docentes nos últimos anos, conclui-se que cerca de 15 000 profissionais terão desistido de se candidatar à profissão para que obtiveram formação específica.

Aqueles que ainda tentam obter um horário nas escolas, quando a colocação os obriga a deslocar-se para fora da residência, o parco valor salarial (muitas vezes correspondendo a horários incompletos) não é suficiente para suportar financeiramente essa deslocação, particularmente devido aos elevados valores praticados nos arrendamentos de quartos e casas. Não é por acaso que a maioria dos horários ainda disponíveis se situa em Lisboa, Setúbal e Algarve onde o preço da habitação atingiu valores obscenos.

Do levantamento feito pelo SPGL junto das direções das escolas da sua área de intervenção, até 25 de outubro, **em 34 agrupamentos** que responderam ao inquérito, **havia 88 horários por preencher, num total de 1256 horas.** Destes, apenas 15 correspondiam a horários completos, os restantes tinham em média 14 horas, isto é, pouco mais que ½ horário.

A fraca atratividade da profissão - quer em consequência dos baixos salários, da complexidade da profissão, da de-

sajustada estrutura e condições de progressão na carreira e a desregulamentação dos horários de trabalho - não será fator alheio à situação a que se chegou. Os mais velhos saem assim que atingem condições mínimas para a aposentação; outros, mais jovens, afastam-se se aparecem outras oportunidades e os estudantes não procuram os cursos específicos para a docência.

Apesar disso, tudo aponta para um completo alheamento do governo. O programa recentemente apresentado na Assembleia da República não deixa qualquer expectativa. O governo do partido socialista parece manter a postura iniciada por Lurdes Rodrigues: os professores serão uns privilegiados e pouco interessam para a questão da educação - recorde-se a célebre frase “*Perdi os professores, mas ganhei a população*”! Brandão Rodrigues manteve a mesma linha e, talvez por isso, António Costa insistiu na solução...

Acontece que as escolas não vão aguentar. À falta de professores junta-se a falta de pessoal não docente, visível pelo fecho diário de escolas a que temos assistido devido à greve de pessoal não docente promovida pelos Sindicatos da Administração Pública. São várias as escolas em que os serviços funcionam a “meio gás”, há escolas a funcionar apenas meio dia, turmas sem professor e o silêncio dos responsáveis do Ministério da Educação mantém-se... até quando?! ■



“O valor maior do professor-avaliador está em ser humano”

Hugo Wewer
Dirigente do SPGL

“Sejam quais forem a boa vontade e o desejo de objetividade da maior parte dos examinadores, alguns tipos de erros se lhes impõem, sem que eles disso tenham consciência.”.

Bonboir, Anna, *Como Avaliar os Alunos*, pág. 128, 1976, Lisboa

Recentemente vários normativos legais, em vários domínios do ensino em Portugal (e no estrangeiro), suportados por extensa investigação internacional, afastam definitivamente o estafado paradigma do professor exclusivamente expositivo. Neste modelo, era habitual fazerem-se “Testes de Avaliação” para inquirir o que os alunos tinham apren-

dido e atribuía-se em consonância uma determinada classificação comparada a padrões mais ou menos normalizados, mas sempre dependentes da “exigência” de cada professor.

Na prática, neste paradigma, sempre se confundiu “exigência” com normalização segundo padrões altos, por vezes intransponíveis para vários e muitas vezes inalcançáveis por muitos (por vários motivos). O professor estabelecia um padrão, o aluno cumpria ou era excluído. A sociedade escolhia, pela mão do professor, os que progrediam e os que repetiam o passo. A responsabilidade, a culpa da não progressão, ficava exclusivamente do lado do aluno e, depois, da família e das suas eventuais limitações. O professor lavava as mãos e seguia de consciência tranquila. Estávamos numa sociedade aparentemente igualitária, mas claramente não

equitativa. Com recursos e oportunidades direcionadas para os que, à partida, já os tinham.

Na atualidade, infelizmente, ainda existe sombra desta visão, em que a classificação é maioritariamente associada a punição pelo mau desempenho ou comportamento, em que classificação e avaliação se confundem sem reflexão. Existem também posições opostas que atribuem exclusivamente ao professor a responsabilidade pelos resultados menos bons dos “seus” alunos – ideia, contudo, claramente minoritária entre professores.

A referida “testagem” dos conhecimentos que os alunos haveriam de ter adquirido passa agora a estar no campo teórico da aferição e do diagnóstico de aprendizagens adquiridas⁽¹⁾ e torna-se essencialmente elemento de informação de retorno

para o próprio professor, para o aluno e para o sistema. Em conjunto com outros instrumentos de avaliação, permitem que o sistema educativo possa melhor responder; que o professor regule e adapte as suas metodologias de ensino; que pais⁽²⁾ e aluno possam identificar no próprio aluno: lacunas nos pré-requisitos e no conhecimento geral, problemas comportamentais e de socialização, falhas no processo de aprendizagem, interesses e aptidões, valências e oportunidades de desenvolvimento pessoal,... e possam também agir em conformidade.

A aprendizagem ganhou em dimensões, já a avaliação passou a ser parte integrante.

A escola não é mais uma fábrica em que devemos procurar apenas reduzir o número de produtos produzidos com defeito forçando-os a retornar à “linha-de-montagem”.

Causa-me por isso alguma consternação continuar-se a utilizar a expressão “teste” relativamente a um qualquer instrumento de avaliação a aplicar a alunos.

“(...) importa que fique bem claro: qual o tipo de escala, qual o significado de cada um dos seus níveis, como se conjugam as diversas dimensões a avaliar, como se calcula a ponderação (no caso de existir) e em que se traduz a avaliação global.”

Caetano, António, Avaliação de Desempenho, 2.ª edição, Pág. 96, 2008, Lisboa

Qual o significado dos níveis 3, 2, 4 ou 5 ou 20?

A classificação que atribuímos ao aluno tem em conta uma norma (a média da turma, por exemplo)? Ou é relativa a um critério (o que nós pretendemos que cada aluno ou que todos os alunos alcancem)?

Tenderemos a responder que é relativamente àquilo que pretendemos que ele aprenda... e no entanto ... o que é, exatamente, o que pretendemos que alcance: o que consta nas avaliações externas? A “matéria” que “demos” nas aulas? Estaremos a pedir-lhe que ele chegue onde consegue, ou onde nós

gostaríamos que chegasse, ao programa da disciplina, às metas curriculares ... Onde? Qual o padrão de comparação?

Por outro lado, se respondermos que a norma não deve ser tida em consideração, desconsideramos que um enviesamento dos resultados para baixo ou para cima deverá implicar reflexão sobre a validade do instrumento de avaliação ou mesmo do avaliador.

Em qualquer das circunstâncias: Essa classificação foi resultado de “adequações” individuais? Tem em conta o aluno à entrada e à saída (evolução)? Tem em conta o esforço? A ajuda que teve ou deveria ter tido? Faltas (perigo de abandono/doença)? Aptidões? Problemas comportamentais ou familiares, carências (afetivas/económicas)?... e todos estes fatores devem pesar ou não numa avaliação que se quer justa numa escola que procura a equidade? Os avaliadores pensaram e pesaram todos estes fatores? Reuniram para aferir critérios e procedimentos? Ponderaram normalização e individualização; capacidade e aptidão?

A escala de níveis a utilizar não poderia estar relacionada com a evolução/ prestação do aluno (?), como no conhecido método de avaliação das Instituições, o CAF, aconselhado para a avaliação dos organismos públicos na UE? Ou, ao contrário, o nível 2⁽³⁾ tem necessariamente de significar que o aluno “não aprendeu o suficiente”? [Em relação a quê, pergunto novamente?]

A estes fatores, que devem ser considerados quando classificamos qualquer aluno, temos outros bem conhecidos que introduzem subjetividade: o efeito de halo, o de Pigmalhão, a influência da ordem porque é feita a avaliação ou o grupo em que se integra o avaliado, estereotipia, variação consoante o avaliador/aplicador ou até consoante o estado de espírito deste...

Posto isto, esclareço: que defendo a indicação de critérios de avaliação e processos avaliativos claros, mas minimamente flexíveis, para que as adequações necessárias sejam feitas em todas as fases. **Defendo espaço para o professor/professores poderem realizar a sua função. Defendo essencialmente o contínuo autoquestionamento e reflexão.**

São as contínuas adequações de inúmeras variáveis associadas ao ensino-aprendizagem que fazem o professor ser necessário sem que possa ser substituído por automatismos higiénicos, pseudo-exatos.

A avaliação pode e deve ser clara e rigorosa, mas nunca é igual para todos e nunca é perfeitamente exata. Admitir isso mesmo é caminho para se atingir maior fiabilidade e validade, justiça e rigor.

O valor maior do professor-avaliador está em ser humano.

A justiça da classificação é tanto maior quanto mais claros forem os critérios, mas também quanto maior a consciência/aprendizagem e a experiência de avaliadores e avaliados.■

A escola não é mais uma fábrica em que devemos procurar apenas reduzir o número de produtos produzidos com defeito forçando-os a retornar à “linha-de-montagem”.

⁽¹⁾ Entendam-se estas aprendizagens aqui referidas num sentido lato e não exclusivamente escolástico. Aprendizagem no sentido que é dado na Lei de Bases do Ensino publicada já em 1986 e no atual perfil do aluno à saída do ensino básico.

⁽²⁾ Neste texto utilizo “pais” querendo referir-me a encarregados de educação, irmãos, padrinhos e madrinhas, cuidadores, entidade de acompanhamento a famílias e a jovens em risco de abandono e exclusão, etc. Considero o acompanhamento escolar, uma questão de dedicação de tempo de relógio, mas também de tempo psicológico, de investimento emocional, de amor e segurança. Por esse motivo a escolha do termo familiar “pais”.

⁽³⁾ (Considerando a escala 1-5.)



Lúcia Vaz Pinto
Professora de Português e francês no ensino secundário

Professores: doem-lhes a voz, o corpo e alma!

Lamento que tenhamos chegado a esta situação: uma classe doente, desmembrada, envelhecida, cansada, desrespeitada, empobrecida.

E mesmo que lhes doa tudo, que o corpo velho e cansado já não aguente, têm de ir trabalhar, aguentar insultos de alunos, aguentar pais irritados, desempregados, desesperados, papéis e papeladas, salas desarrumadas (faltam funcionários, ninguém os vê). Têm de amparar, têm de educar, têm de orientar. Ensinar? Foi para isso que estudaram. Então, sonham com as aulas perfeitas. Fazem ações de formação. Procuram receitas mágicas, soluções. Partilham experiências, desabafam frustrações. Pobres professores! Todos os dias amanhecem chuvosos... Eu também sou professora e há tantos anos que já nem me lembro de não o ser. Também a mim me dói tudo. E dói-me por aquilo a que me submeto e nunca imaginei, mas em nada comparado ao sofrimento de outros colegas, que

ainda não conseguiram um horário completo, que têm de se deslocar para longe, que nem ganham o suficiente para pagarem o aluguer. Dou-lhes formação na área da Língua Portuguesa. Abro-lhes uma janela de esperança: sugiro-lhes novas estratégias, metodologias diferenciadas, caminhos alternativos. Semeio-lhes a réstia de mim que acredita nesta geração que não acredita nos livros. Falo-lhes da força da poesia e aposto toda a minha energia na análise de um texto, na perícia e na robustez da palavra, nas subtilezas da linguagem. Transformo as minhas aulas num palco, elevo a voz e conduzo-os até à magia da leitura na esperança de que acreditem na literatura. No entanto, há um mundo real e é com ele a nossa luta. Nós, os professores, quantas vezes olhamos à nossa volta e vemos os que aproveitaram para adormecer, porque a noite foi longa nos jogos online. Os que decidiram insultar o professor, porque o enfrentou. Os que preferiram espreitar o telemóvel dentro do estojo ou aqueles que resolveram cortar aos

pedacinhos a borracha, absortos num mundo de movimentos coloridos de “youtubers” que dizem “tipo” e “esquece” cinquenta vezes num espaço de cinco minutos. Chegamos a um tal estado de saturação que vemos um professor a bater num aluno. Nunca deveria acontecer, caros leitores, nunca! Porém, mais arrepiante ainda é um aluno bater num professor, ameaçá-lo continuamente e ninguém tomar medidas para que isso não volte a acontecer. E o pior de tudo é que esse tipo de situações acontece cada vez mais e o desrespeito cresce de dia para dia e ninguém se preocupa e ninguém toma medidas. Parece ser uma situação normal a que todos nos habituamos! Mas não: nunca deveria acontecer! Lamento que tenhamos chegado a esta situação: uma classe doente, desmembrada, envelhecida, cansada, desrespeitada, empobrecida. Porém, caros leitores, estes professores sabem-no tão bem como eu. Sofrem, mas continuam. Lutam para que os seus alunos

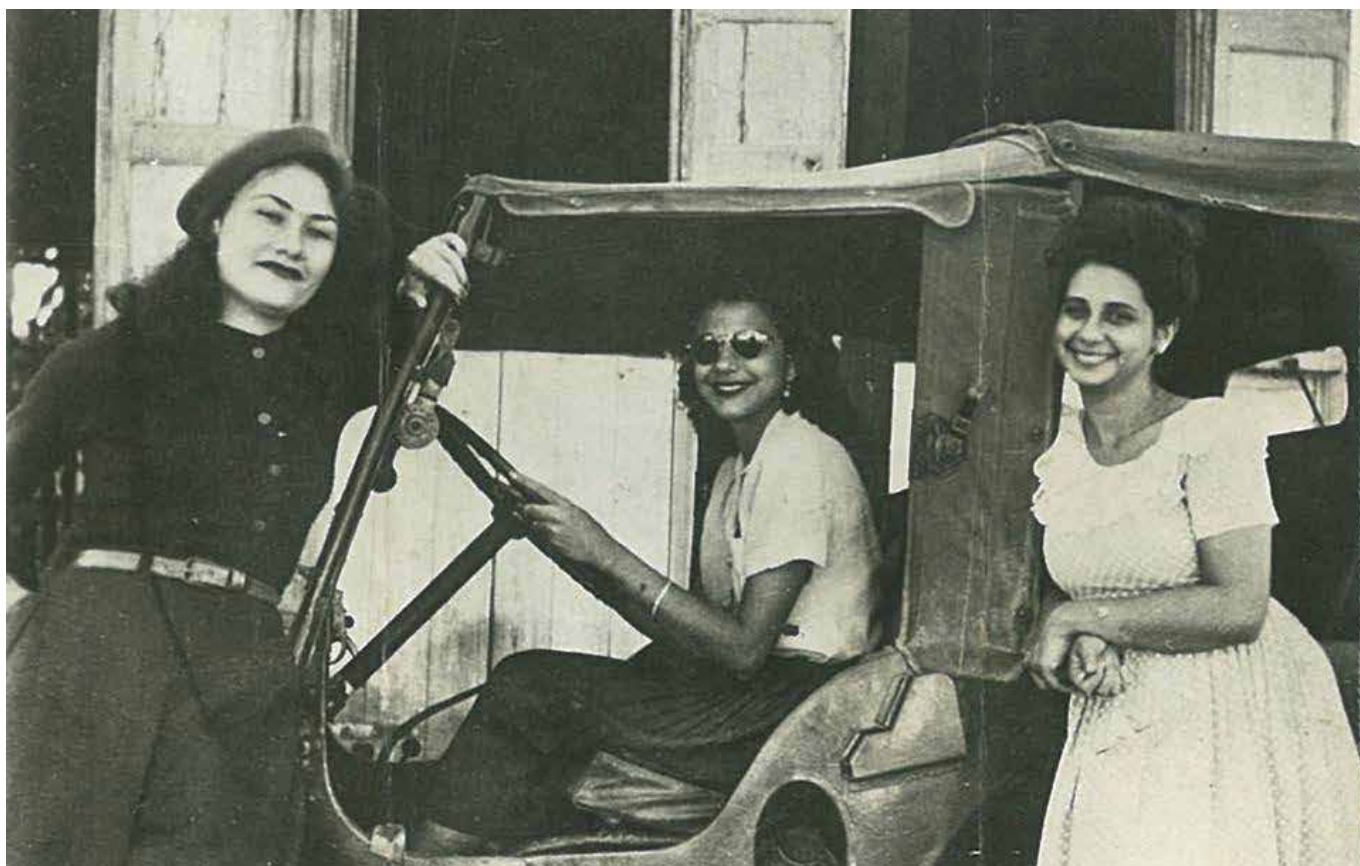
sejam os melhores. São professores, psicólogos, assistentes sociais, pais, avós. Ensinam e educam. Formam cidadãos capazes de enfrentar a vida. Na verdade, olhando à minha volta e uma vez que sou mais uma, são estes colegas que me iluminam, que me dão força para continuar. São as suas mágoas, as angústias de quem tudo faz para que os nossos jovens aprendam que me mantém neste caminho. São as experiências, as partilhas que me permitem traçar alternativas, compreender que todos somos pessoas com gente dentro, pessoas que dão o seu melhor numa profissão a que ninguém dá valor. E estou nesta profissão porque sempre o desejei, por considerar que tinha de dar algo ao mundo, que tinha de partilhar tudo aquilo que aprendi e pelo respeito que tal profissão despertava em mim. Se pudesse voltar atrás, voltaria a ser professora! ■

24 de Outubro de 2019,
Público



Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

O 25 de Novembro para lembrar e exigir: Nem mais uma!



O dia 25 de Novembro foi reconhecido pela ONU desde 1999 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em todo o mundo e em cada país, as organizações feministas, de direitos das mulheres e muitos movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos assinalam esta data denunciando as várias formas de violência que continuam a ser exercidas

sobre as mulheres. Violências diversas baseadas num traço comum: a desigualdade de género, marca da sociedade patriarcal em que vivemos. A escolha da data baseia-se na história das irmãs Mirabal, mortas a 25 de Novembro de 1960, a mando do ditador Trujillo. Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal eram activistas contra a ditadura imposta ao povo dominicano e há muito estavam na mira do ditador. Os seus corpos

foram encontrados junto ao seu jipe no fundo de uma escarpa de 45 metros de altura na costa norte da República Dominicana, em resultado de um atentado, mas oficialmente, a imprensa afecta ao regime noticiou o facto como um acidente. As irmãs Mirabal eram conhecidas como Las Mariposas – as Borboletas – e mesmo apesar da falsidade que envolveu a sua morte, elas e a sua luta não foram esquecidas e em

1981, durante o I Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia, o dia 25 de Novembro foi designado como Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em homenagem a elas. Em Março de 1999, a ONU reconheceu a data que passou a ser comemorada desde então em todo o mundo como Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Há quem conteste a designação de datas para comemorar ou para lembrar um acontecimento, ou um facto. Mas vale a pena perguntar-nos por que só no ano que antecedeu a mudança do século e do milénio houve a nível mundial a necessidade de atribuir uma data a um flagelo que é milenar e tem uma marca de género precisa: as mulheres. A violência sobre as mulheres e o femicídio, palavra criada para referir o assassinato de mulheres, é um crime e é o expoente máximo da desigualdade de género. Não há sociedade, por mais avançada ou evoluída, em que este fenómeno da violência sobre as mulheres não esteja identificado e não tenham sido ou estejam a ser tomadas medidas legislativas para lhe pôr cobro. Embora sendo um acto extremo e que deveria ser objecto de repúdio social, a verdade é que continua a ser tolerado, banalizado, normalizado, embora em diferentes graus, consoante o território ou a cultura dominante. Mas uma mulher maltratada ou morta, seja na Suécia, seja no Burkina Faso, em Portugal ou na Índia não deixa de ser um crime de ódio com a marca de género, com o mesmo peso e a mesma relevância. A sociedade portuguesa tem vindo a estar mais desperta para o problema e mais sensibilizada, graças aos esforços das organizações feministas e de direitos das mulheres que o vêm denunciando e também graças à mediação que a comunicação



social lhe tem dedicado através de artigos, peças, reportagens e todo o tipo de notícias. Em Portugal, só no ano 2000 a violência doméstica passou a ser considerada crime público. Com efeito, o nosso país só muito tardiamente começou a olhar para o fenómeno da violência de género e esse é um factor que ajuda a “explicar” a inexplicável banalização da violência, nomeadamente em relações de intimidade. Só na década de 80 do século passado a violência doméstica foi considerada um problema social, sendo a primeira legislação de 1991 – lei 61/91 que garante protecção adequada às vítimas de violência – apenas regulamentada em 1999. A pressão das organizações feministas e de direitos das mulheres, assim como as recomendações internacionais não podiam continuar a ser ignoradas, datando de 1999 o 1º Plano Nacional contra a Violência Doméstica, de onde decorre a criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência. Muito se tem feito desde então. O fenómeno que estava silenciado ganhou visibilidade. As muitas me-

didadas postas a funcionar, o apuramento e aprofundamento da legislação, a aplicação de práticas decorrentes de convenções internacionais têm sido decisivas para responder e tentar inverter os números negros da violência. Os números das portuguesas assassinadas este ano serão divulgados no 25 de Novembro e nos últimos 15 anos foram mais de 500 mulheres mortas por quem disse que as amava! Em 2018 as forças de segurança registaram uma média de 81 participações por violência doméstica, por dia. Numa inaceitável onda contraciclo, temos sido confrontados com notícias de acórdãos de juízes, que desculpabilizam agressores e culpabilizam as mulheres agredidas, chegando até a invocar a Bíblia e mais recentemente o Supremo Tribunal de Justiça decidiu ilibar um juiz de Família condenado pela Relação de Guimarães por violência doméstica, com base no entendimento de que “o conceito de maus-tratos, essencial no crime de violência doméstica, tem na sua base lesões, intoleráveis, brutais, pesadas” o que não era o caso desta vítima. Esta forma redutora de considerar o que é a

violência nega que se trata de um fenómeno complexo e muito lato que engloba as mais diversas formas de violência exercidas sobre meninas e mulheres em todo o mundo: o femicídio, os casamentos forçados, a mutilação genital feminina, a lesbofobia, mas também formas mais subtis de violência psicológica como são a humilhação, a discriminação, o desrespeito pela individualidade de cada mulher.

Por isso, o importantíssimo papel da escola e dos/as profissionais de educação na prevenção da violência e na consciencialização para a complexidade do fenómeno junto às crianças e às/aos jovens, mobilizando-as/os para uma vivência sem violência, no respeito pelo outro, pela sua diversidade e individualidade. Para que desde o namoro não permitam ao namorado ou namorada atitudes de dominação, nem encarem como naturais e provas de amor aquilo que são intromissões inaceitáveis e marcas de opressão, que vão do controlo do telemóvel, ao ciúme, à forma de vestir, às e aos amigos com quem pode estar, ou a relações sexuais forçadas. Por tudo isto, é tão importante assinalar o dia 25 de Novembro e o seu significado. Queremos que as nossas jovens e os nossos jovens se consciencializem para o problema e façam parte dum grande grupo sensibilizado para não tolerar a violência e desigualdade de género, a discriminação e as opressões baseadas no género. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Departamento dos Professores e Educadores Aposentados do SPGL



O XXII Governo Constitucional apresentou o seu programa de ação para o período de 2019 a 2023.

Neste contexto o “nosso” Departamento, dando continuidade ao seu trabalho, vai ter duas linhas de ação – uma analisar o programa fazendo a articulação com a Carta Reivindicativa e outra acompanhar a concretização da listagem de intenções elencadas pelo Governo.

Numa primeira análise a CGTP já tomou posição nomeadamente sobre estas duas áreas:

. Envelhecimento e qualidade de vida

“O programa de Governo reconhece que a promoção do envelhecimento ativo e o prolongamento da vida de trabalho implica a adoção de múltiplas políticas a vários níveis e de modo transversal na sociedade, a fim de proporcionar aos mais velhos um leque diversificado de oportunidades.

“No que toca ao prolongamento da vida ativa, porém, a CGTP-IN considera essencial sublinhar que esta tem

que ser sempre uma opção voluntária do trabalhador e que a idade não deve ser pretexto para discriminações nem para oferecer condições de trabalho menos favoráveis, devendo quaisquer medidas neste sentido assentar na valorização da idade e da experiência profissional”.

. A sustentabilidade do sistema de segurança social

“A CGTP-IN concorda que a situação demográfica coloca grandes desafios ao sistema público de segurança social e à sua sustentabilidade financeira. Esta é uma questão que justifica e exige não só emprego seguro estável e com direitos, como uma outra distribuição da riqueza que, passas necessariamente pelo aumento geral e significativo dos salários.

“Para além desta questão central para a sustentabilidade financeira da Segurança Social, consideramos ainda fundamental a diversificação das fontes de financiamento do sistema, traduzida no alargamento da base de incidência

das contribuições a outras componentes do valor acrescentado das empresas, num regime de complementaridade relativamente às contribuições baseadas em salários e nunca numa perspectiva de substituição total ou parcial, que poderia conduzir à diluição da relação entre salários, contribuições e prestações atribuídas no âmbito do sistema previdencial.

“Discordamos igualmente das propostas que vão no sentido de incentivar os esquemas complementares de pensões, se forem entendidos na perspectiva de substituir as pensões atribuídas pelos sistemas públicos e/ou para colmatar as insuficiências das pensões públicas resultantes de políticas que visam penalizar os trabalhadores beneficiários em função do aumento da sua esperança de vida”.

Nós e vós, organizando-nos e lutando em conjunto, como sempre vamos contribuir para melhorarmos as nossas vidas.

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_362/Doc_12104/Anexos/Carta_Reivindicativa_DApensados.pdf

<http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/accao-reivindicativa/13238-posicao-da-cgtp-in-sobre-o-programa-do-xxii-governo>

XIV Encontro da Rede Educação para a Cidadania Global



Participação, Cidadania e Escola. Jovens e Adult@s em Reflexão

Noémia Certo Simões

Decorreu, a 12 de Outubro, na ESE de Lisboa, o XIV da Rede Educação para a Cidadania Global.

Nesse dia, diferente de tantos outros sábados, não houve muito descanso mas a surpresa que nasce do dinamismo e da inquietação de um grupo de gente, jovens e mais velhos, que se organizam e debruçam sobre o que significa recriar o sentido da “Participação, Cidadania e Escola”. Numa sociedade plena de desafios todos sentimos que é importante desconstruir práticas rotineiras e procurar novos caminhos, outras formas de educar em que todos se sintam comprometidos a enfrentar os múltiplos desafios que se nos colocam a várias escalas: entre o local e o global. Desde 2013 que este grupo informal de educadores se tem reunido para discutir e repensar o lugar da educação como arma de transformação social: a favor de sociedades mais justas, participativas e ecologicamente sustentáveis.

Desta vez, a grande inovação terá sido contar também com jovens, além de gente com mais experiência e idade nas múltiplas dinâmicas que trouxeram à tona sonhos e práticas sobre a busca de alternativas: ir além do desencanto de que a educação apenas serve para reproduzir o sistema e aumentar as suas desigualdades e injustiças; a educação pode na verdade ser um espaço de inclusão e de verdadeira democracia plural e participativa. A temática trabalhada no encontro foi a da Participação, Cidadania e Escola. Jovens e Adult@s em Reflexão. Com a possibilidade de participação – pela pri-

meira vez - de jovens estudantes, pretendeu-se que o encontro funcionasse também como uma espécie de “laboratório” de diagnóstico dos problemas de participação e envolvimento da comunidade educativa nas Escolas e um momento de partilha de alguns caminhos que têm vindo a ser experimentados.



Para além dos trabalhos em plenário, o Encontro desdobrou-se em 7 oficinas de partilha de experiências, dinamizadas por ComParte, Escola da Floresta, Escolas Ubuntu, Greve Climática, Movimento da Escola Moderna, Rede de Escolas de Democracia Participativa e Rede Inducar. Foi objetivo deste encontro reconhecer a Educação para a Cidadania Global como um vetor importante para a transformação social a partir de:

- promoção da reflexão de jovens e adultos/as sobre processos de participação com base na escola;
- espaços de diálogo e partilha entre todas as pessoas participantes (jovens e adultos/as);
- divulgação da Rede de Educação para a Cidadania Global.

Para saber mais:
<http://www.rede-ecg.pt/a/>

Legislação

I Série

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2019 de 27/09**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação 2019-2022

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/2019 de 27/09**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2019/2020

• **Declaração de Retificação n.º 47/2019 de 03/10**

Declaração de Retificação à Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

• **Declaração de Retificação n.º 48/2019 de 03/10**

Declaração de retificação à Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade»

• **Portaria n.º 357/2019 de 08/10**

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tutelada pelo Ministério da Educação

• **Portaria n.º 359/2019 de 08/10**

Procede à regulamentação da modalidade de ensino a distância, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, definindo as regras e procedimentos relativos à organização e operacionalização do currículo, bem como o regime de frequência

• **Decreto-Lei n.º 153/2019 de 17/10**

Altera o prazo de garantia para acesso ao subsídio social de desemprego

II Série

• **Despacho n.º 7728/2019 de 02/09**

Estabelece a continuidade do projeto-piloto de oferta do mandarim, no ensino secundário, como Língua Estrangeira III (LE III) no currículo dos cursos científico-humanísticos, bem como o seu alargamento ao currículo dos cursos profissionais

• **Portaria n.º 600-A/2019 de 13/09**

Autoriza os agrupamentos a assumir os encargos plurianuais decorrentes da aquisição de serviços de transporte escolar dos alunos com necessidades especiais

• **Despacho n.º 8297-C/2019 de 18/09**

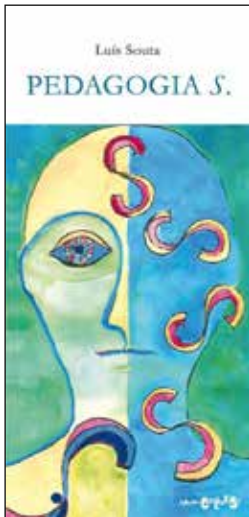
Aprovação do regulamento de enquadramento do apoio às crianças e jovens com Diabetes Mellitus tipo 1 na Escola

• **Despacho n.º 9124/2019 de 10/10**

Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2019/2020

• **Despacho n.º 9348/2019 de 16/10**

Subdelegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, para a realização dos procedimentos concursais comuns restritos a candidatos no âmbito do PREVPAP



PEDAGOGIA S.

Um livro de Luís Souta a não perder

Edições ex-libris (Chancela Sítio do Livro)

Alguns de nós – lamentavelmente poucos – pudemos participar (ou, pelo menos, assistir) na apresentação, no Espaço António Borges Coelho (ESPAÇO ABC), do mais recente livro de Luís Souta: PEDAGOGIA S. Este “puzzle de 45 peças”, como lhe chamou André Carmo (o livro é constituído por 45 pequenos textos, além de um prefácio de Agostinho Reis Monteiro e “uma nota final do autor”), assenta numa visão crítica – vivida – do quotidiano de uma escola do ensino superior (A. Reis Monteiro chama-lhe “uma espécie de TAC do Ensino Superior em Portugal”), suportada numa preciosa ironia com a qual vai dissecando rituais dos alunos, a hipervalorização das novas tecnologias nas aprendizagens (e os inconvenientes do seu uso durante as aulas...), a crítica à despolitização da Academia, mas também as práticas dos docentes e a burocracia das instituições.

A apresentação da obra esteve a cargo dos professores André Carmo, José Neves e Albérico Afonso. ■

21 de novembro, 18H30

Exposição de obras de Marti Rom e Pasqual Gomes



Dando sequência à atividade desenvolvida nos últimos anos, o ESPAÇO ABC acolhe mais uma exposição de conceituados artistas. Desta vez junta a escultura de Marti Rom e a pintura de Pasqual Gomes.

Marti Rom é natural de Barcelona, onde vive, tendo frequentado a Escola de Artes Aplicadas e Artesanato Artístico de Barcelona, onde foi professor.

O crítico de Arte Ramon Casalé Soler escreve que “Marti Rom é um artista que, desde o início, se identifica com o uso de elementos relacionados à reciclagem. O seu interesse em manusear objetos encontrados, recuperando-os e reciclando-os, indica a sua preocupação com tudo relacionado à natureza. Esta transformação, criando novas es-

truturas, reorganizando e reagrupando elementos muito diversos, mas que têm uma função essencial na vida quotidiana dos seus criadores, demonstra o nível de preocupação de mostrar uma certa realidade”.

Pasqual Gomes é licenciado em Belas Artes pela Universidade Politécnica de Valência. Diz o próprio que “As obras apresentadas nesta exposição fazem parte de duas séries de quase cem pinturas feitas a partir de uma viagem no Verão de 2018 à Costa do Languedoc e do Roussillon, no sul de França. Esta área tem um significado especial para mim por várias razões: histórico, como a Língua comum, o exílio republicano (depois da guerra civil), a emigração...

e também por motivos profissionais, uma vez que é onde o artesanato de pavimentos hidráulicos começou, em meados do séc. XIX. Percorri a costa desde Montpellier até Colliure, recolhendo areia e papéis assim como fazendo fotografias. A partir destes materiais produzi duas séries de pinturas, umas baseadas em janelas, contra janelas e diversos elementos de fachadas e outras em chão de azulejos”.

O crítico de Arte Román de la Calle refere-se a Pasqual Gomes como “um verdadeiro pesquisador de materiais, avaliador emocional de formas e relutante construtor de imagens”.

António Carmo é o curador da exposição. ■

Reinscrição na Caixa Geral de Aposentações

A questão a abordar na presente rubrica do “Consultório Jurídico” decorre da contestação de que tem sido objeto a posição adotada pela Caixa Geral de Aposentações no sentido do não reconhecimento do direito dos trabalhadores em funções públicas nela reingressarem após terem estado inscritos na Segurança Social. Esta questão tem uma especial importância para o pessoal docente (subscritor antes de 1/1/2006) porquanto tem sido um dos grupos profissionais da Administração Pública que mais visado tem sido com tal interpretação do quadro legal em questão e logo, com as consequências dela decorrentes.

A correção da ilegalidade da interpretação efetuada pela CGA sobre a matéria determinou o recurso à via judicial para dirimir a contenda. Em resultado de tal iniciativa veio o STA pronunciar-se favoravelmente aos trabalhadores nas referidas circunstâncias através do Acórdão nº 0884/13, de 6/03/2014. Para o efeito, concluiu que, da conjugação dos artigos 2º da Lei nº 60/2005 com o artigo 22º nº 1 do Estatuto da Aposentação resulta que “... só haverá cancelamento da inscrição do subscritor que cesse definitivamente o exercício do seu cargo, assistindo-lhe, porém, o direito a ser de novo inscrito se voltar a ingressar em funções públicas”. Assim, “... só há lugar ao cancelamento da inscrição do subscritor, com a consequente

eliminação, quando aquele cesse, a título definitivo o seu cargo, porquanto o legislador teve o cuidado de ressaltar desse cancelamento a situação do trabalhador (...) que foi “investido noutra a que corresponda igualmente direito de inscrição”. Isto é, que se limita a transitar, dentro da Administração Pública, de uma entidade para outra”. Assim, do referido Acórdão resulta que “... só há eliminação do subscritor se ele não for investido noutra cargo a que - antes de 1/1/2006 - correspondesse direito de inscrição”.

Consequentemente, deve-se concluir que ao pessoal docente que tivesse iniciado o exercício de funções públicas antes da referida data de 1/1/2006 deve ser reconhecido, com efeitos retroativos, o direito a reingressarem na CGA depois de ter estado inscrito na Segurança Social.

Assim, alertam-se os docentes na situação referida no sentido de que poderão (caso o pretendam) recorrer à via judicial com vista a ver reconhecido o direito que lhes assiste de permanecer inscritos na CGA.

Para o efeito deverão dirigir-se aos Serviços de Apoio a Sócios do SPGL, com vista à marcação de consulta jurídica, para ser desencadeado o procedimento necessário à obtenção de tal reconhecimento. ■

